

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PESQUISA HISTÓRICA II**

MEMÓRIAS DOS ANISTIADOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO NORTE



**Natal – RN
2005**

41

SIDNEY LOPES DE FREITAS



MEMÓRIAS DOS ANISTIADOS POLÍTICOS NO RIO GRANDE DO NORTE

*Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, do curso de História da
Universidade Federal do Rio Grande do
Norte, sob a orientação da Professora Maria
da Conceição Fraga.*

**Natal – RN
2005**

SIDNEY LOPES DE FREITAS

Memórias Dos Anistiados no Rio Grande do Norte


Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação da Professora Maria da Conceição Fraga.

Natal, _____ de julho de 2005

Banca Julgadora

Ao meu filho Felipe Lopes de Freitas, pela sua luz
que, a cada dia, se torna mais presente em minha
vida.

A todos aqueles que lutaram pela liberdade e pela
justiça em momentos tão sóbrios do nosso país.



AGRADECIMENTOS

A minha mãe, pela paciência e amor que sempre dedicou a mim, mesmo em momentos de extrema diversidade.

A professora, pela valiosíssima contribuição para a elaboração deste trabalho, pela paciência e sabedoria, conselhos e estímulos que foram decisivos para execução da pesquisa.

A companheira Edna Cecília Soares, pela paciência, pelo seu exemplo de fortaleza, generosidade e amor.

Aos meus familiares, especialmente aos meus sobrinhos pela alegria, amor e carinho que tanto recebi em todos os momentos em que estiveram ao meu lado.

A todos os amigos e colegas do curso de História da UFRN pela solidariedade, estímulo e conhecimentos passados ao longo da graduação.

E, por fim, aos anistiados políticos que lutaram por uma sociedade mais justa e democrática, em especial: Meri Medeiros da Silva, Maurício Anísio de Araújo, Floriano Bezerra de Araújo, Bento Ventura de Moura e Pretestato José da Cruz.

RESUMO

Esta pesquisa trata das lembranças dos anistiados políticos no Rio Grande do Norte da Lei de Anistia de 1979. Tal lei deu importante contribuição para o processo de redemocratização do país conduzido pelo governo militar ao possibilitar a reintegração desses atores à sociedade. Partindo da noção de memória coletiva em Halbwachs, formulamos as seguintes questões: o que pensam os anistiados sobre as experiências durante o regime militar? Que mudanças ocorreram na vida dessas pessoas após a Lei da Anistia? Utilizamos para isso, a história oral como metodologia, com o propósito de recompor as narrativas dos depoentes e interpretar seus depoimentos coletados.

Palavras-chave: Anistia, memórias, redemocratização



ABSTRACT

This research treats of the political amnestied persons memories in Rio Grande do Norte of the Law of Amnesty of 1979. Such law gave important contribution for the process of liberty of the country led by the military government when making possible the reintegration of those actors to the society. Leaving of the notion of collective memory in Halbwachs, we formulated the following subjects: what do the amnestied persons think about the experiences during the military regime? What changes did happen in those people's life after the Law of the Amnesty? We used for that, the oral history as methodology, with the purpose of to recompose the narratives of the interviewrs and to interpret your collected depositions.

Word-key: amnesties, memoirs, liberty

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09	/
1 A REPRESSÃO POLÍTICA NO BRASIL	12	/
1.1 O governo de João Goulart e o Golpe Militar.....	13	/
1.2 A repressão política no Brasil.....	17	/
1.3 O processo de abertura política	24	/
1.4 A repressão no Rio Grande do Norte	27	/
2 DA MILITÂNCIA A ANISTIA	32	/
2.1 A Lei da Anistia.....	33	/
2.2 Um processo inacabado	34	/
2.3 A trajetória dos anistiados políticos.....	35	/
3 A EXPERIÊNCIA DOS ANISTIADOS POLITICOS	39	/
3.1 A interrupção de um sonho	41	/
3.2 A prisão	43	/
3.3 A tortura	46	/
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48	/
FONTES E BIBLIOGRAFIA	50	/
ANEXOS	52	/

INTRODUÇÃO

Criado em 1978, o movimento pela anistia recebeu o apoio de diversas organizações da sociedade brasileira, entre elas se destacaram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Essas instituições, juntamente com o movimento estudantil e operário, deram início a uma série de manifestações públicas por todo o país e fundaram os primeiros Comitês Brasileiros de Anistia.

Foram criados comitês em várias capitais, e em dezembro de 1978, foi realizado o Primeiro Congresso Nacional da Anistia onde foi lançada a palavra de ordem "Anistia ampla, geral e irrestrita".

Sob a pressão das ruas e de uma minoria no Congresso Nacional, composta pela bancada de parlamentares do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o governo envia ao parlamento, em Brasília, um projeto de lei bastante restritivo. O projeto foi rejeitado tanto pelos parlamentares da oposição quanto pelos comitês de anistia.

Dos cárceres, os presos políticos entraram na campanha denunciando as torturas e iniciando, em 22 de julho de 1979, uma greve de fome nacional que durou 32 dias.

Em 18 de agosto de 1979, o presidente João Batista de Figueiredo, encaminha ao Congresso Nacional um novo projeto que é aprovado em 28 do mesmo mês.

Não foi uma anistia ampla, geral e irrestrita como almejavam os que por ela lutavam, pois não libertou presos condenados pela prática do "crime de terrorismo" e

por ter anistiado os que ,a serviço dos órgãos de repressão, cometeram crimes de tortura e assassinato. Entretanto, foi um avanço por ter possibilitado a reintegração a sociedade de milhares de vítimas do regime militar que se encontravam nos cárceres, na clandestinidade ou no exílio.

Tendo em vista a escassez de trabalhos acadêmicos enfocando depoimentos orais dos anistiados políticos do regime militar, temos por objetivo principal analisar as experiências dos anistiados políticos a partir de seus próprios relatos, destacando suas atividades políticas, em meados dos anos 1960, as experiências durante o período em que foram vítimas da repressão e a sua reintegração a sociedade após a promulgação da Lei da Anistia.

São muitos os trabalhos que abordam a anistia de 1979 no Rio Grande do Norte, boa parte dessas obras trata do tema priorizando os aspectos legais da Lei da Anistia e sua importância no processo de redemocratização do país. Podemos citar como exemplo disso o autor Homero de Oliveira Costa, que escreveu sobre a formação dos comitês brasileiros de anistia, mas não trabalhou com fontes orais.

Para a elaboração do nosso trabalho, utilizamos os jornais Tribuna do Norte e Diário de Natal, entre 1964 a 1979, que nos propiciou fontes como mensagens e notas do governo do Estado e reportagens acerca da anistia. Também utilizamos depoimentos de ex-presos políticos, publicados na obra de Mailde Pinto Galvão (2004), "1964. Aconteceu em abril".

Procuramos utilizar uma bibliografia que nos possibilitasse o melhor conhecimento de técnicas de história oral, as melhores maneiras de se trabalhar com memórias traumatizadas, fundamentos para a nossa pesquisa. Citamos Maurice Halbwachs (1968), "Memória Coletiva"; José Carlos Sebe Bom Meihy (1998), "Manual

de Historia Oral”; Paul Thompson (1992), “A voz do passado. Historia oral” e Eclea Bosi (1998), “Memória e sociedade. Lembranças de velhos”.

O trabalho se encontra dividido em três capítulos. O primeiro se refere a contextualização nacional de 1961 a 1979 e uma síntese da repressão no Rio Grande do Norte.

No segundo capítulo, fizemos uma análise da Lei da Anistia e descrevemos com a visão dos depoentes descrevendo a trajetória dos anistiados políticos.

Finalmente, no terceiro capítulo, abordamos suas experiências mais marcantes na atividade política antes do golpe militar e durante a repressão.



CAPITULO I
A Repressão Política no Brasil



1.1. O Governo João Goulart e o golpe militar

O presidente deposto pelo golpe militar de 1964, João Goulart, assumiu o governo com os seus poderes limitados e com a economia do país em crise provocada pelo ceticismo dos credores, inflação e pelo déficit do setor público. Um programa de estabilização foi elaborado propondo a desvalorização do cruzeiro, o que elevaria o custo dos itens básicos no orçamento do trabalhador urbano.

Os custos políticos que o plano acarretaria para o presidente eram alto demais, levando este a optar pelo nacionalismo radical que defendia a tese de que os problemas do país eram causados pelo setor externo da economia monopolizado por investidores estrangeiros que remetiam o máximo de lucros para suas matrizes no exterior. Os nacionalistas radicais culpavam também organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial por manter países em desenvolvimento em permanente subordinação econômica com sua ortodoxia que exigia políticas monetárias e fiscais mais rigorosas para as economias em desenvolvimento. Afirmavam também que “os países industriais, especialmente os Estados Unidos, bloqueariam qualquer forma de desenvolvimento econômico do Terceiro Mundo que ameaçasse o controle que exerciam do comércio e das finanças mundiais”.⁴¹

Em meados de 1963, o presidente João Goulart, anuncia um conjunto de “reformas de base” que incluíam reforma agrária, educacional, fiscal e habitacional. Considerava o presidente, que nestas áreas estavam as origens da crise econômica do Brasil. O presidente Goulart passa a sofrer fortes ataques da oposição, sobretudo dos

⁴¹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo. P. 38.

seus adversários mais implacáveis. A UDN e os militares, que o acusavam de tentar tomar o poder ao polarizar a opinião pública com seu nacionalismo radical.⁴²

A oposição ao presidente contava com o auxílio de instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). O primeiro, fechado pelo presidente em 1963, nas eleições de 1962 elaborou listas de candidatos a deputados e a governadores para receberem dinheiro de empresários para manter suas campanhas. O segundo examinava as reformas sugeridas por João Goulart e estudava a esquerda brasileira, partindo de um ponto de vista empresarial e liberal.⁴³ A origem dessas instituições reflete as forças contrárias às reformas do presidente e, sobretudo, seus interesses na deposição do chefe do executivo. Tomemos o exemplo do IBAD, que fora:

Criado no Rio de Janeiro por um grupo de empresários e militares(...) era um organismo de caráter profundamente conservador e feição nitidamente anticomunista, diretamente articulado com a estação da Agência Central de Informações – CIA- do Rio de Janeiro, e cuja direção havia sido entregue a Ivan Hasslocher, um ex-integralista, apontado como “um agente de ligação da CIA” para o Brasil(...).⁴⁴

Legalmente, o recurso que a oposição anti-goulart poderia utilizar era o impeachment, pois consideravam a conduta do presidente inconstitucional e provocativa. Porém, o governo contava com a maioria dos votos na Câmara, composta

⁴² SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. P. 39.

⁴³ VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira: 1964- 1984. p. 11.

⁴⁴ STARLING, Heloisa Maria Murgel. Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964. p. 44.

por deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Socialista Democrático (PSD). Restava aos opositores civis uma alternativa, que para concretizá-la a atuação dos militares seria imprescindível, depor o presidente através de um golpe. Seus principais líderes civis eram os governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais. Contavam eles com o apoio de importantes jornais, como o Jornal do Brasil, O Globo, O Estado de São Paulo e o Correio da Manhã.

Apesar de ter maioria no Congresso Nacional, o presidente não podia contar com a aprovação das suas reformas no parlamento, em especial, a reforma agrária. Os parlamentares do Partido Socialista Democrático (PSD), que eram contra o impeachment, também não apoiavam as propostas de reforma agrária.

Em meio a crise política que, por um lado, se caracterizava pelo fortalecimento da oposição, e por outro, pela falta de apoio da sua base no Congresso, o presidente, a conselho dos nacionalistas radicais, leva sua luta por reformas diretamente ao povo. É marcada uma série de comícios através do país. Com esta decisão, o presidente desafiara o Congresso e os adversários de suas reformas.

No dia 13 de março de 1964, o presidente realiza o seu primeiro comício no Rio de Janeiro e anuncia o decreto de nacionalização de terras a seis milhas das rodovias federais, das ferrovias ou das fronteiras nacionais. O presidente era informado pelos seus altos funcionários de que a oposição se enfraquecia na mesma proporção, em contrapartida, que sua base de apoio se fortalecia. "Os principais líderes sindicais trabalhistas lhe asseguravam que o poder sindical estava aumentando diariamente e era a base ideal para os seus próximos comícios. Seus principais conselheiros militares sabiam que oficiais dissidentes estavam se organizando, mas os descartavam como

insignificante minoria”.⁴⁵ Contudo, a situação era extremamente grave tendo em vista que o golpe estava sendo articulado pelos militares e seus civis aliados. A conspiração se estruturava no campo militar sob a liderança do general Castelo Branco que coordenava o recrutamento de oficiais superiores. Empresários representantes da imprensa também deram sua contribuição, pois consideravam que “Jango simbolizava anarquia e ameaça comunista”.⁴⁶

Com relação à esquerda, esta se encontrava dividida. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) se posicionava com cautela, enquanto o Partido Comunista do Brasil (PC do B) recomendava medidas radicais para implementar as reformas de base. Entre os políticos da esquerda que pediam uma ação radical do governo estavam o governador de Pernambuco, Miguel Arrais, e o deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) da Guanabara, Leonel Brizola, cunhado do presidente João Goulart. Havia também os militantes da esquerda católica e da União Nacional dos Estudantes (UNE), a mais importante força da esquerda e que mantinha uma postura independente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B).⁴⁷

No dia 31 de março, o governador de Minas Gerais divulgava um manifesto contra o governo de João Goulart, enquanto tropas de Juiz de Fora, comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho, se deslocavam em direção ao Rio de Janeiro. O presidente, no dia seguinte, era informado que o contingente do Primeiro Exército, sediado no Rio, enviado para interceptar as tropas de revoltosos vindos de Minas Gerais, aderira incondicionalmente ao movimento. O governador da Guanabara, Carlos

⁴⁵ SKDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. p. 41

⁴⁶ CAPELATO, Maria Helena. Imprensa e História do Brasil. p. 54-55.

⁴⁷ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Tancredo a Castelo. p. 42.

Lacerda, um dos revoltosos mais exaltados, recebe apoio da Marinha. Em São Paulo, o comandante do Segundo Exército, general Amaury Krueel, condicionou seu apoio ao presidente ao seu rompimento com a CGT(Comando Geral dos Trabalhadores). João Goulart recusou a proposta alegando “que o apoio da classe trabalhadora lhe era indispensável”.⁴⁸ ✓

Apesar dos apelos do ministro da justiça, Abelardo Jurema, e do Chefe do Gabinete civil da presidência, Darci Ribeiro, para que resistisse aos golpistas, o presidente, na noite de 1º de abril, embarca para o Rio Grande do Sul, onde o então deputado federal Leonel Brizola tentou organizar sem êxito a resistência contra o golpe. Três dias depois, o presidente parte para o exílio no Uruguai.

Em 2 de abril, o presidente do Senado, Auro Moura de Andrade, declarou vaga à presidência da República, empossando no cargo o presidente da Câmara dos deputados, Raniere Mazzilli, por um prazo máximo de trinta dias. ✓

1.2 A repressão política no Brasil

Com a destituição do presidente constitucional João Goulart, assume o comando do país os ministros militares Artur Costa e Silva, do Exército, Correa de Melo, da Aeronáutica, e Augusto Rademaker, da Marinha. Todos nomeados pelo presidente interino Mazzilli. Com o argumento de que precisavam realizar expurgos no serviço público, na área militar e entre os ocupantes de cargos eletivos em todos os níveis, os ministros emitiram um “Ato Institucional” elaborado por Francisco Campos, o jurista que redigiu a constituição do Estado Novo em 1937, e Carlos Medeiros da Silva, um advogado conservador.

⁴⁸ Skidmore, Thomas. Brasil: de Tancredo a Castelo. p. 20.

Com a edição deste Ato Institucional, os poderes do executivo se ampliavam. A partir dele, a eleição seria indireta e o presidente podia declarar estado de sítio; suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão e cancelar os mandatos de legisladores federais, estaduais e municipais. Em seu texto, o ato afirmava que o aumento dos poderes do executivo visava, sobretudo, “a reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”.⁴⁹ Quando assumisse o governo o sucessor de João Goulart, agora dispunha dos meios legais para promover uma verdadeira varredura no país contra a oposição de qualquer natureza.

O novo presidente, escolhido pelos ministros militares, foi o general Castelo Branco. Coordenador da conspiração militar, recebeu o apoio da esmagadora maioria dos civis e militares que participaram do golpe. No parlamento, Castelo obteve dois terços dos votos dos parlamentares, sendo escolhido José Maria Alkmim como seu vice-presidente.

Uma das primeiras medidas do presidente Castelo Branco foi anular as reformas de João Goulart. Os decretos de nacionalização das refinarias de petróleo, a lei de remessa de lucros e a lei de desapropriação de terras foram revogadas. A repressão aos opositores do regime, marcou os primeiros meses do novo governo. Ocorreram em todo o país milhares de prisões. Entre os presos, figuravam em sua maioria membros de organizações católicas, como o Movimento de Educação de Base (MEB), líderes estudantis e sindicalistas.

No Nordeste, a repressão foi bastante severa, pois atuavam nessa região líderes considerados perigosos pelo governo. Entre eles estavam, o governador de Pernambuco, Miguel Arrais, o superintendente da Superintendência de

⁴⁹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Tancredo a Castelo. p. 49.

Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Celso Furtado, e o educador Paulo Freire. Ali, o Quarto Exército exerceu forte repressão contra os organizadores da Ligas Camponesas e os ativistas políticos de esquerda, efetuando prisões arbitrárias e submetendo-os a tortura.⁵⁰

A tortura não foi um “privilégio” do Nordeste. Em várias partes do país ocorreram práticas de tortura. No Rio, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a serviço do governador Carlos Lacerda, e o CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), foram os centros de tortura que perseguiram, sobretudo, líderes de organizações sindicais, religiosas e estudantis.

Na área política, o governo utilizou o artigo 10 do Ato Institucional para cassar mandatos. Foram suspensos pelo Planalto, os direitos de 441 brasileiros, entre eles, os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek. A cassação deste último teve um claro significado político por parte do governo. JK, “demonstrou que podia realizar um governo eficiente convivendo com interesses conflitantes e aspirações concorrentes. Seu governo exercido entre 1956-61 assinalava o último triunfo de um política à moda antiga.”⁵¹

No ano seguinte, em 27 de outubro, foi assinado pelo presidente Castelo Branco, os Atos Institucionais números 2 e 5. Entre as medidas do AI 2, estava a criação do bipartidarismo. O terceiro Ato Institucional, determinava que os governadores e seus vices seriam eleitos pelas assembleias legislativas, enquanto que os prefeitos das capitais seriam nomeados pelos governadores. O presidente, por sua vez, alertava

⁵⁰ Idem. p. 56.

⁵¹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Tancredo a Castelo. p. 62.

Castelo Branco

para a possibilidade de haver novas cassações por todo o país.⁵² As deliberações existentes nos atos institucionais foram incorporadas na nova constituição promulgada em 24 de janeiro de 1967. Apesar de centralizadora, para o presidente esta constituição garantiria o ingresso do país nas fileiras das democracias norteando o futuro do governo.

O sucessor de Castelo Branco foi escolhido através de eleição indireta, o marechal Costa e Silva. Durante o seu governo ocorreu um grande número de manifestações promovidas pela oposição. Em diversos lugares do país, estudantes, trabalhadores e políticos se mobilizavam em comícios, passeatas e no Congresso Nacional. Os protestos se intensificaram em 1968. Em Osasco, o Ministério do Trabalho interveio no Sindicato dos Metalúrgicos, que organizava uma greve, afastando os seus dirigentes. Em consequência das perseguições, muitos sindicalistas caíram na clandestinidade e, posteriormente, no exílio. Outros, simplesmente sumiam.⁵³

Políticos de orientação conservadora, liderados por Carlos Lacerda, esboçam um movimento de oposição ao governo. A Frente Ampla ganhou partidários de peso na política nacional, como os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart. O governo, temendo que esse movimento oposicionista se expandisse, baixa um decreto-lei proibindo que este se mobilize em manifestações e façam declarações ou publiquem documentos.

Apesar da enérgica ação do governo contra a oposição, os protestos continuavam. Em março de 1968, uma série de manifestações com estudantes ocorreram no Rio de Janeiro. No dia 28 do corrente mês, um estudante foi morto pela

⁵² VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira. p. 22

⁵³ IDEM. Pp. 26.

polícia num protesto. O seu funeral se transformou numa gigantesca marcha pelo centro do Rio e após a missa pela sua alma na Igreja da Candelária, uma multidão foi atacada pela polícia.

A onda de protestos aumentava e ganhava adeptos de setores até então a favor do governo. Em julho de 1968, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou um documento denunciando a Doutrina de Segurança Nacional como, taxando-a de fascista. Em contrapartida, a direita também se mobilizava através do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) e do Movimento Anticomunista.

Pressionado pelos militares linhas-duras, o presidente Costa e Silva baixa, no dia 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional número 5. Este ato concedia ao presidente da República o poder de fechar o Congresso Nacional, as assembléias estaduais e câmaras municipais, além de decretar intervenção nos Estados, territórios e municípios. Foi atribuído também ao chefe do executivo o direito de cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos por dez anos. Segundo Evaldo Vieira, em A República Brasileira:

“O Brasil construído pelo Ato Institucional Número 5 ficou com marcas indestrutíveis. Destas marcas, não se devem esquecer as prisões sem acusação formal e sem mandato, além dos graves abusos de poder e das torturas praticadas em presos(...) o ato aniquilou as duas principais instituições políticas que foram geradas pelo próprio Movimento de 1964: os partidos (Arena e MDB) e a Constituição de 1967.”⁵⁴

⁵⁴ VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira. p. 27

No mesmo dia em que promulgou o Ato Institucional Número Cinco (AI5), o presidente da República determina que o Congresso Nacional entre em recesso por prazo indeterminado. As cassações atingiram 88 deputados federais e três ministros do Supremo Tribunal Federal. Nos estados, deputados, vereadores e prefeitos também foram aliados do poder. Para calar as críticas, o governo regularizou a censura, tendo início à censura prévia aos jornais. Alguns periódicos procuraram denunciar as arbitrariedades do governo e tiveram seus proprietários e profissionais presos, é o caso do Diário de Notícias; outros apoiaram o governo e se beneficiaram, a exemplo do Jornal o Globo.⁵⁵

O governo brasileiro estava agora utilizando todos os meios, inclusive a tortura, para combater a oposição. Havia uma meia-dúzia de grupos armados, desunidos que passaram a se organizar desde o início do golpe militar, atuando em pequenas células para promover assaltos a bancos, seqüestros e atentados a bombas. No combate a esses grupos, o governo buscava, através da tortura, sobretudo, a delação por parte de suas vítimas.

Usada como instrumento de controle social, a tortura aumentara a eficiência policial e militar que rotineiramente obtinha informação com seus métodos brutais de interrogatório. Uma prática cada vez mais comum, a tortura foi “o último recurso da repressão política” que o Ato Institucional Número cinco libertou das amarras da legalidade”.⁵⁶

Em agosto de 1969, o presidente Costa e Silva foi afastado da presidência por motivos de doença, sendo substituído por uma Junta Militar formada por três

⁵⁵ CAPELATO, Maria Helena. p. 55-56

⁵⁶ GASPARI, Hélio. A Ditadura Escancarada. p. 15.

ministros que haviam impedido a posse do vice-presidente da República, Pedro Aleixo. Esta junta governou por um período de dois meses.

O Congresso Nacional, após 10 meses de recesso, elege em 22 de outubro de 1969, o candidato indicado pelas forças armadas para a presidência: o general, comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul, Emílio Garrastazu Médici. Em sua posse, o novo presidente defendeu a justiça social e prometeu “entregar o país em pleno regime democrático, ao fim do seu governo”.⁵⁷ Para o presidente, o sinônimo de democracia seria combater com rigor qualquer espécie de oposição ao seu governo. A atenção do presidente se voltou, especialmente, para os grupos armados que se tomaram mais ativos, promovendo seqüestros contra autoridades, inclusive, estrangeiras. No campo, o Partido Comunista do Brasil organiza em plena floresta amazônica, na região do Araguaia, uma guerrilha.

A reação do governo se deu com a prisão de milhares de pessoas e a montagem de uma verdadeira máquina de extermínio das lideranças esquerdistas. Na luta contra os guerrilheiros do Araguaia, os militares promoveram um massacre que vitimou até mesmo humildes moradores da região sem qualquer ligação com a guerrilha.⁵⁸

Em meio a esta luta contra a oposição armada, o governo Médici, comemorava os altos índices de crescimento da economia brasileira, acompanhados de uma razoável estabilidade monetária e uma significativa redução dos efeitos da inflação. Este quadro de desenvolvimento, entretanto, não trouxe melhorias no poder

⁵⁷ VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira p. 31.

⁵⁸ GASPARI, Hélio. A Ditadura Escancarada. p. 463.

aquisitivo da população e veio acompanhado do aumento da dívida externa que triplicou em seu governo.

1.3 O processo de abertura política

Ao término do mandato do presidente Garrastazu Médici, os grupos armados haviam sido eliminados, uma forte censura atingia principalmente a imprensa e a produção cultural. Para sucedê-lo, os ministros militares indicaram outro general: Ernesto Geisel.

Desde o início de sua gestão, Geisel prometeu dar início a um "gradual, mas seguro aperfeiçoamento democrático".⁵⁹ O governo criava esperança de estabelecer-se no Brasil as liberdades públicas divulgando a teoria da "distensão". Esta teoria tinha a finalidade de diminuir a pressão sobre a sociedade brasileira, abrindo espaço de participação e criando meios de integrar alguns setores da oposição.⁶⁰ Suas reformas visavam especialmente à conservação do poder.

A censura foi sendo gradualmente reduzida. Os grandes jornais foram liberados, mas, os pequenos diários continuavam com censores trabalhando em cima dos textos da redação.⁶¹

Em outubro de 1975, quando o governo afirmava que continuaria combatendo a subversão, mas sem excessos condenáveis, o jornalista Vladimir Herzog

⁵⁹ VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira. p. 40

⁶⁰ IDEM. Pp. 41.

⁶¹ GASPARI, Hélio. A Ditadura Envergonhada. p.23.

foi preso e assassinado nas dependências do II Exército, em São Paulo. No dia seguinte, o comando da unidade militar onde o jornalista foi morto informou que o mesmo havia cometido suicídio em sua cela, após ter assinado uma confissão declarando-se membro do Partido Comunista.⁶² /

A ordem dos advogados e o Sindicato dos Jornalistas exigiam a abertura de inquérito. Enquanto isso, a Igreja através de quarenta e dois bispos de São Paulo, assinava uma declaração denunciando a violência do governo. Estas instituições se mobilizaram após a constatação de que o governo, apesar das promessas de coibir os excessos dos militares linhas-duras, não controlava o aparato de segurança.⁶³ /

Um grande ato ecumênico ocorreu na Catedral da Sé, em São Paulo, presidido pelo Cardeal Evaristo Arns com a participação de dois rabinos e um pastor protestante. Este ato teve grande participação popular e repercussão política.⁶⁴ Meses depois, no início de 1976, foi morto durante um interrogatório no II Exército, o operário Manuel Fiel Filho, do Sindicato dos metalúrgicos, um dos mais bem organizados e mais combativos. A versão oficial é semelhante a da morte de Vladimir Herzog, suicídio.⁶⁵ /

Uma medida tomada pelo executivo revela que a política arbitrária do governo ainda persistia. No ano de 1977, o presidente Geisel alega que a oposição não concordara com o projeto de reforma do judiciário e, valendo-se do Ato Institucional Número Cinco, fecha o Congresso Nacional. A ARENA, partido da base do governo, não conseguiria aprovar o projeto de reforma sozinho.

⁶² SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Tancredo a Castelo. p. 345.

⁶³ IDEM. Pp.346- 347.

⁶⁴ Compareceram a catedral cerca de oito mil pessoas. A maioria eram jovens universitários. Entre as lideranças religiosas, estava o arcebispo de Olinda e Recife, dom Helder Câmara. Helio Gaspari, A Ditadura Escancarada.

⁶⁵ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Tancredo a Castelo. p. 347.

Após fechar o Congresso Nacional, o governo edita um conjunto de medidas conhecido como "Pacote de Abril". Entre as medidas editadas estavam as reformas eleitorais. Elas tomavam permanentes as eleições indiretas para governadores e determinava que o número de cadeiras de cada Estado na Câmara dos deputados passasse a ser proporcional à sua população total, aumentando desta forma, o número de parlamentares do Norte e do Nordeste onde a ARENA era majoritária. Quanto ao Senado, foi criado o "senador Biônico" que seria escolhido pelo planalto⁶⁶.

Em 1978, diversos segmentos da sociedade manifestaram sua insatisfação com o governo. A comunidade empresarial, os trabalhadores, os estudantes e instituições como a OAB e a Igreja Católica, começaram a exigir com maior intensidade o restabelecimento do estado de direito.⁶⁷ O presidente Geisel, que em sua posse prometera um processo de redemocratização gradual, outubro de 1978, extingue os atos institucionais, entre eles o Ato Institucional Número Cinco.

Passado alguns meses da extinção dos atos institucionais, o presidente Geisel em 15 de março de 1979, transmite o cargo ao seu sucessor, João Batista de Figueiredo. Um processo sucessório em que o povo e a oposição estiveram aliados de participar.

Desde o início do novo governo, ocorreram fortes manifestações, principalmente, de trabalhadores. Sob a liderança do presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio da Silva, cerca de 160.000 metalúrgicos do ABC (as três principais cidades industriais paulistas: Santo André, São Bernardo e São

⁶⁶ VIEIRA, Evaldo. A República Brasileira. v. 45.

⁶⁷ SKIDMORE, Thomas. p. 395.

Caetano) entram em greve após os empregadores se recusarem a negociar com a categoria paralisada.

No ano de 1979, o processo de abertura política conduzido pelo governo militar dá um passo importante. Após um demorado e tenso período de negociação e pressionado pelo crescimento do movimento pela anistia em todo o país, o governo do presidente João Batista de Figueiredo promulga a Lei da Anistia em 18 de julho.

1.4 A repressão no Rio Grande do Norte

Em 1964, estava à frente do governo do Estado do Rio Grande do Norte o então governador Aluízio Alves. Seu governo contava com recursos oriundos do programa americano para América Latina, "Aliança para o Progresso".⁶⁸ Eleito governador no ano de 1960, através de uma aliança política que também elegeu o prefeito da capital, Djalma Maranhão. A aliança que os apoiaram era denominada "Cruzada da Esperança".

Devido às posições de adesão do governador em relação à Aliança para o Progresso, as relações entre o governador e o prefeito, este último assumidamente nacionalista, se tornaram tensas. Segundo Homero de Oliveira Costa, "Djalma que se tomara um ardoroso nacionalista, integrando, enquanto deputado, a Frente Nacionalista, criticava sistematicamente a política externa americana, especialmente em relação ao Brasil. E, na visão de Djalma Maranhão, Aluízio assumia cada vez mais uma postura de subserviência em relação ao imperialismo".⁶⁹

⁶⁸ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril. Natal: EDUFRN. 2004

⁶⁹ COSTA, Homero de Oliveira. A Reforma Política no Brasil e Outros Ensaios. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

À frente da prefeitura do Natal, Djalma Maranhão comandava uma campanha denominada “De pé no Chão também se Aprende a Ler”. Priorizando a alfabetização e a cultura, a prefeitura “com recursos próprios, oferecia escolas para a alfabetização das crianças carentes de Natal e divulgava o slogan Escola Brasileira com Dinheiro Brasileiro”.⁷⁰ Com recursos escassos, a prefeitura divulgava seus programas através do pequeno jornal Folha da Tarde, de propriedade do prefeito Djalma Maranhão.

O Golpe

Após a eclosão do golpe militar, as diferenças entre governo e prefeitura se acentuaram. O governador Aluizio Alves, prontamente, manifestou-se em favor dos golpistas, fazendo publicar no jornal de sua propriedade, “Tribuna do Norte”, uma nota recomendando que o povo “se conserve calmo, evitando atos ou manifestações que aprofundem as divisões” (...) na mesma nota, o governo desqualifica qualquer tentativa de participação popular em defesa das instituições democráticas e adverte que “todo o Estado está em ordem e espera o governador que assim se mantenha no resguardo da tranqüilidade das nossas famílias, que deve pairar acima das paixões das pessoas e grupos”.⁷¹

Tomando uma postura inversa ao do governador, o prefeito Djalma Maranhão, de imediato, manifestou seu apoio incondicional ao presidente João Goulart, comunicando sua decisão ao Comando Militar e publicando uma nota nos meios de comunicação da capital. Através dessa nota, o prefeito não só torna público seu apoio

⁷⁰ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril. Natal: EDUFERN. 2004

⁷¹ Periódico: Tribuna do Norte. Natal, 01/04/1964.

ao presidente deposto como também declara que a partir daquele momento a prefeitura de Natal tornava-se “o quartel-general da legalidade e da resistência”.⁷²

Esta declaração foi interpretada pelos militares como uma convocação à resistência popular. Contudo, a prefeitura naquele momento, não representava uma ameaça ao poderio bélico das Forças Armadas, pois, “como QG da legalidade”, era apenas o lugar onde se encontravam algumas lideranças estudantis, sindicais e assessores do prefeito angustiados por notícias que chegavam raras e censuradas, através de um rádio portátil ao gabinete do prefeito”.⁷³

O Governo do Estado e a Repressão

A repressão no Estado do Rio Grande do Norte não ficou a cargo apenas das Forças Armadas e Polícia Federal. O governo do Estado, usando o primeiro Ato Institucional com as leis de exceção, procedeu investigações paralelas as dos militares e, em completa sintonia com o governo federal, formou uma comissão de investigações contratando no Estado de Pernambuco dois policiais especializados, Carlos Moura de Moraes Veras, cursado no FBI, Estados Unidos, e José Domingos da Silva. Sobre estes policiais, Mailde Pinto, uma de suas vítimas, comenta: “... Experientes e eficientes, usaram, com muita competência, métodos semelhantes aos praticados pelos nazistas da Segunda Guerra Mundial”.⁷⁴

Estes policiais atuaram com plenos poderes, prendendo, interrogando e torturando centenas de pessoas das mais variadas tendências políticas e ideológicas.

⁷² GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril: EDUFRN, pp. 30. 2004

⁷³ GALVAO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril, pp. 30-31: EDUFRN, 2004.

⁷⁴ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril, pp. Natal. 32: EDUFRN, 2004.

Em setembro de 1964, entregaram um relatório ao governador Aluizio Alves que serviu de "base para o indiciamento e prisão de centenas de pessoas".⁷⁵

Entre as instituições mais atingidas pelas investigações dessa comissão estavam as Ligas Camponesas, alvos de investigações no interior do Estado. Segundo as acusações, as Ligas Camponesas "estavam realizando invasões de terra, intimando proprietários de fazendas (...) solicitando ajuda financeira a muitos prefeitos do interior (...) realizando um amplo trabalho, conforme as diretrizes do Partido Comunista".⁷⁶

Juntamente com os órgãos federais de repressão, o governo do Estado promoveu o terror contra aqueles que eram considerados nocivos à sociedade. No Rio Grande do Norte, foram 29 cassações, sete exilados, cinco mortos e centenas de presos e condenados.⁷⁷

A campanha Pela Anistia no Rio Grande do Norte

A lei de anistia publicada em 28 de agosto de 1979 resultou de um intenso processo de luta que mobilizou diversos setores da sociedade brasileira, inclusive, os presos políticos. Uma mobilização que, a princípio, foi tímida face às ameaças dos órgãos de repressão, mas que se fortaleceu ao longo do tempo com o aumento da adesão por parte da sociedade civil organizada e a criação de comitês de luta pela anistia.

Na tentativa de despertar a sociedade para a causa da anistia, os ativistas procuravam utilizar todos os meios de manifestação. O ex-deputado estadual e

⁷⁵ COSTA, Homero de Oliveira. A Reforma Política no Brasil e Outros Ensaios. p. 166:Sebo Vermelho, Natal, RN.

⁷⁷ Anistia 20 Anos. p. 43.Sindicato dos Bancários / RN. Câmara Municipal do Natal.

Obs: faltou a referência 76

presidente do Comitê Norte-Rio-Grandense pela Anistia, o advogado Roberto Furtado, relata que “as visitas aos presos políticos, palestras e debates nos bairros, exposições de fotografias, desenhos, pinturas, poesias e os atos públicos, foram utilizados no sentido de mobilizar a população e pressionar as autoridades para a necessidade de uma lei de anistia”.⁷⁸

Os atos públicos ocorriam sob o clima de absoluta ameaça por parte dos órgãos do governo. Um deles, realizado em Natal, na Praça Padre João Maria, em 21 de agosto de 1979, contou com uma presença desproporcional de policiais. “éramos cerca de 500 manifestantes, cercados por cerca de 200 policiais militares que ali compareceram “para dar garantia”, para assegurar a liberdade de expressão”.⁷⁹


No cárcere da Penitenciária João Chaves em Natal, Maurício Anísio, em solidariedade aos presos políticos do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, entra em greve de fome por 18 dias.

A campanha pela anistia foi menos intensa no Rio Grande do Norte, mas sua contribuição foi significativa, pois, contribuiu para uma causa encampada em todo o país.

⁷⁸ Anistia 20 anos 1979- 1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal/ RN: Sindicato dos Bancários 2000. p. 40-41.

⁷⁹ Anistia 20 anos 1979- 1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal/ RN: Sindicato dos Bancários, 2000. p. 41.

Capítulo II
Da Militância a Anistia





2.1 A Lei da Anistia

No dicionário Aurélio, anistia, palavra originária do grego *amnistia*, que significa esquecimento, é o “ato pelo qual o poder público declara impuníveis por motivos de utilidade social todos quanto, até certo dia, perpetraram determinados delitos, em geral, políticos, seja fazendo cessadas as diligências persecutórias, seja tomando nulas e de nenhum efeito as condenações”.⁸⁰ Trata-se, portanto, de um perdão concedido a indivíduos envolvidos em crimes, em geral de caráter político.

A Lei da Anistia, promulgada em 28 de agosto de 1979 pelo presidente militar João Batista de Figueiredo, beneficiou a todos os presos ou exilados políticos a partir de 2 de setembro de 1961, data da última anistia. Estavam excluídos todos aqueles envolvidos em “atos de terrorismo” e de luta armada contra o governo. Restabeleceu também, todos os direitos políticos dos que foram cassados pelos atos institucionais.

Por outro lado, a Lei da Anistia protegeu os envolvidos em atos de tortura e assassinatos a serviço dos órgãos de repressão, impedindo uma ampla investigação dos crimes cometidos contra milhares de militantes políticos. Segundo o movimento pró-anistia, 197 brasileiros perseguidos pelo governo a partir de 31 de março de 1964 sumiram, e, a respeito de muitos deles, há dossiês e testemunhas oculares sobre suas prisões.⁸¹ Estes dados nos permitem verificar a dimensão que atingiu a repressão no Brasil durante o governos dos presidentes gerais e, ao mesmo tempo, perceber o

⁸⁰ Anistia 20 anos 1979- 1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal/ RN: Sindicato dos Bancários. 2000. p. 18.

⁸¹ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. p. 425.

grau de impunidade que a Lei da Anistia garantiu ao incluir os criminosos a serviço do regime entre os perdoados pelos crimes políticos. ✓

2.2 Anistia: um processo inacabado

O sentimento de frustração é predominante nos depoimentos dos anistiados políticos. A impunidade chancelada pela Lei de Anistia aos responsáveis pelas torturas e assassinatos é apontada como o principal fator da insatisfação. Para Pretestato Cruz, a Lei de Anistia “não atendeu aos anseios da sociedade brasileira, porque beneficiou os nossos algozes”.⁸² ✓

As limitações do processo de anistia é visto pelos depoentes como conseqüências dos interesses das elites envolvidas no processo de repressão, que desembocou nas torturas e assassinatos cometidos pelos órgãos do governo. “Forçada pela sociedade e contra a vontade dos militares, que aproveitaram o momento para - usando de artifícios - anistiar a si mesmos e alcançar a impunidade dos muitos crimes cometidos”.⁸³ Para Floriano Bezerra, “a anistia, como todas as anistias que aconteceram no Brasil, não é uma anistia geral e irrestrita. É uma anistia proporcional aos interesses dos “homens”, pois anistiam os torturados. Portanto, foi uma anistia capenga, castrada, que tem meu repúdio”.⁸⁴ ✓

⁸² Depoimento cedido ao autor por Pretestato Cruz em 19 de Maio de 2005.

⁸³ Anistia 20 anos 1979- 1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal/RN: Sindicato dos Bancários, 2000, pp. 15.

⁸⁴ Depoimento cedido ao autor por Floriano Bezerra em 7 de Junho de 2005.

Em outros depoimentos, a impunidade não foi mencionada, porém, a anistia é vista como uma lei inacabada. Para Meri Medeiros, “o processo de anistia não foi completado. Está aí o exemplo hoje do companheiro Maurício Anísio em greve de fome”.⁸⁵ O comentário revela a luta dos anistiados por uma reparação pelos crimes que foram vítimas, reparação esta, que a Lei da Anistia não contemplou.

2.3 A Trajetória dos anistiados políticos

Trajetória de Maurício Anísio de Araújo

Maurício Anísio nasceu em Santa Cruz, Rio Grande do Norte, em 1948. Oriundo de uma família sem participação política é casado e tem 4 filhos. Ingressou no movimento estudantil em 1964 ainda secundarista do Colégio Marista, e nesta instituição foi eleito vice-presidente do grêmio estudantil juntamente com José Silto Pinheiro. Foi integrante do PCBR que o designou para trabalhar na Zona Canavieira de Pernambuco, organizando os trabalhadores rurais nos sindicatos.

Em 1969, ingressou na Aliança Libertadora Nacional na qual participou de algumas ações armadas. Em 1970, foi ferido numa tentativa de fuga a uma batida do Exército na casa em que se encontrava no Recife. Em 1973, foi transferido para a Ilha de Itamaracá onde permaneceu preso até 1975 quando foi novamente recambiado, desta feita, para a penitenciária João Chaves, em Natal, onde cumpriu sua pena de 64

⁸⁵ Depoimento cedido ao autor por Meri Medeiros em 20 de Maio de 2005

anos de reclusão. Em dezembro de 1979, saía da prisão após a promulgação da Lei de Anistia. Em 1982, ingressa no Banco Brasil do qual atualmente é aposentado.

Em maio de 2005, Maurício Anísio faz uma greve de fome reivindicando o cumprimento da lei de anistia 10.559 de 2002 que garante a reparação dos crimes cometidos contra os perseguidos políticos pelo regime militar. A greve de fome durou 8 dias, sendo suspensa por recomendação médica devido o agravamento do seu estado de saúde

A Trajetória Política de Meri Medeiros da Silva

Meri Medeiros nasceu em Regomoleiro, Rio Grande do Norte, em 10 de janeiro de 1943. Foi criado pela família Siqueira Cavalcante que tem participação política no Estado, da qual sua mãe, Lídia Tomás Medeiros, foi trabalhadora doméstica por muitos anos, é casado e tem um filho. Começou sua vida política no início de 1960, foi secretário de Ligas Camponesas atuando no eixo Sapê-Mamanguape, interior de Pernambuco, e Canguaretama, Natal. Foi militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B) e teve atuação destacada no movimento estudantil, sendo integrante do Diretório Celestino Pimentel no Colégio Atheneu. Após o golpe de 64, ficou alguns meses na clandestinidade, sendo posteriormente preso em 1965, na cidade de Jaboatão, Pernambuco. Lá permaneceu encarcerado por um ano e seis meses. Entre os quartéis e presídios de Pernambuco, Fortaleza e de Natal, cumpriu quatro anos e seis meses de reclusão.

Tem várias publicações na imprensa local, artigos, crônicas. Seu primeiro livro, das Evocações dos Esquecidos, se encontra esgotado. Está prestes a publicar

seu segundo livro, "Lições de Democracia e Cidadania", uma coletânea de artigos em que procura colocar seu pensamento em relação ao Brasil e a cidade do Natal.

Há quatro anos é membro da Direção Municipal e Estadual do Partido Comunista Brasileiro, é funcionário do Sindagua e preside a Associação dos Anistiados Políticos do Estado do Rio Grande do Norte.

A Trajetória Política de Pretestato José da Cruz

Pretestato Cruz nasceu em Natal, Rio Grande do Norte, em 1 de janeiro de 1924. Filho de Paládio José da Cruz e Maria dias da Cruz, pertence a uma família que tem participação política do Estado, é viúvo e tem oito filhos. Aos 11 anos teve seu primeiro contato direto com a atividade política, quando esteve presente às reuniões dos líderes do movimento de 1935, conhecendo líderes como Giocondo Dias, casado com sua prima. De 1941 a 1945 foi militar do Exército, no qual chegou a patente de cabo. Em 1950, torna-se membro da diretoria do Sindicato dos Estivadores, na qual exerceu a função de secretário até o ano de 1960. Foi eleito do mesmo sindicato no ano de 1962, período em que atuou também em outras áreas tornando-se membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Em 1964, foi indicado para concorrer à prefeitura do Natal juntamente com Moacir de Góes na chapa do então prefeito Djalma Maranhão, porém, os planos foram suspensos devido o golpe militar. Passou 12 anos na clandestinidade, de 1964 a 1979, morando no Rio de Janeiro onde recebeu ajuda do Partido Comunista. Seu retorno a

Natal ocorreu após ser absolvido pelo Tribunal de Auditoria de Guerra. Atualmente é membro do PPS.

A Trajetória Política de Floriano Bezerra de Araújo

Floriano Bezerra nasceu em Afonso Bezerra, Rio Grande do Norte, em 22 de dezembro de 1927. Filho de Venâncio Zacarias de Araújo e Querobina Salústio de Araújo, pertence a uma família que tem participação política do Estado, é viúvo e tem nove filhos. Começou sua participação política em 1950 na defesa da campanha nacional "O Petróleo é Nosso", período em que pesquisava as questões que envolviam as potencialidades na exploração do petróleo em solo brasileiro. Foi trabalhador na indústria salineira e liderança sindical de 1950 a 1954 quando se candidatou a deputando estadual pelo PTB, ficando na suplência. Durante esse mandato, assumiu por 30 dias, tendo uma participação destacada na assembléia estadual.

Nas eleições de 1958, foi eleito deputado estadual e reeleito em 1962 participando de uma aliança com a UDN, partido liderado no Estado por Dinarte Mariz. Com o advento do golpe militar, foi cassado por um período de dezoito anos e preso em quartéis de Natal, Recife e Fernando de Noronha. Atualmente é membro da Associação dos Anistiados do Rio Grande do Norte.

A Trajetória Política de Bento Ventura de Moura

Bento Ventura nasceu em São Tomé, Rio Grande do Norte, em 23 de Março de 1923. Filho de Manoel Ventura de Moura e Joana Maria da Conceição, pertence a uma família de agricultores sem participação política, é viúvo e tem uma filha. Foi agricultor e, a partir de 1944, trabalhador da indústria salineira por nove anos em Macau, época em que começou a participar das atividades nos sindicatos marítimo salineiro liderando movimentos grevistas. Em 1953, veio para Natal onde assumiu novas funções, profissões e passou a participar de congressos por todo o país. Atuou como membro do Partido Comunista no Ceará, Maranhão e Paraíba.

Foi preso nos primeiros dias após o golpe militar sendo solto após alguns meses depois, em 1971, foi novamente preso permanecendo até o ano de 1976. Após esta segunda prisão, foi para o Rio de Janeiro onde permaneceu por nove anos sem exercer atividade política e trabalhando na construção civil como mestre-de-obra. Retornando a Natal, ajudou a fundar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) municipal, partido do qual foi diretor. Atualmente é membro da Associação dos Anistiados do Rio Grande do Norte.

Capítulo III

A Experiência dos Anistiados Políticos



3.1 Do Sonho ao pesadelo

O novo governo que assumiu após a deposição do presidente João Goulart, através da "Operação Limpeza", começou de imediato as perseguições e as prisões daqueles que, na maioria dos casos, estavam envolvidos com atividades consideradas subversivas como os sindicatos, movimentos estudantis, ligas camponesas e partidos de esquerda. No Nordeste, a repressão foi especialmente mais severa, "pois ali atuavam muitos líderes considerados perigosos, como o governador de Pernambuco Miguel Arrais(...), o advogado Francisco Julião, das Ligas Camponesas, e o velho ativista do partido comunista, Gregório Bezerra".⁸⁶

Questionados sobre suas atividades políticas e a deflagração do golpe militar, a maioria dos anistiados entrevistados declararam que o governo que se instalou após a derrubada do presidente João Goulart representou o fim de um período de mobilização político-social no país. Meri Medeiros lembra que "o golpe militar veio dar um corte muito doloroso na organização social do país. Onde havia um governo progressista de João Goulart e um clima de ampla liberdade democrática, de organização estudantil, dos camponeses, no sentido de avançar nas idéias e na organização social do povo. Então, foi a interrupção do sonho".⁸⁷

Para Pretestato Cruz, o governo de João Goulart corresponde a um momento marcado pela "ascensão das massas no Brasil, de organização dos trabalhadores". Já Floriano Bezerra, afirma que o golpe militar encerrou sua carreira

⁸⁶ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Castelo a Tancredo. pp. 56-57. Paz e Terra. 3 edição. RJ. 1988

⁸⁷ Depoimento concedido ao autor por Meri Medeiros em 12 de maio de 2005.

política e, conseqüentemente, ceifou a oportunidade do povo brasileiro ter um legítimo representante em qualquer esfera da república, até na presidência.

Segundo Floriano Bezerra, as transformações na sociedade brasileira estavam em vias de acontecer porque “o povo avançava de uma maneira extraordinária para fazer a mudança das estruturas do modelo econômico do país e, inevitavelmente, isso ia acontecer”. A busca por liberdade e justiça social eram os objetivos, segundo o ex-presos político, Maurício Anísio, das atividades realizadas por ele e seus companheiros na época em que eclodiu o golpe:

“Nós lutávamos por uma sociedade mais justa em termos econômicos, de distribuição de renda, trabalho, saúde pública para todos, educação gratuita ampla, em fim, uma nova sociedade que, se instituída essa sociedade, as pessoas passassem a conviver melhor tanto na parte social, quanto na parte política”⁸⁸

A intensa atividade política foi interrompida, e, em seu lugar, veio o pesadelo dos cárceres e da tortura. Para os depoentes, a fase em que viveram às vésperas do golpe é singular, pois foi marcada pelo sonho de que, a transformação da sociedade, pela mobilização política dos trabalhadores, estava prestes a acontecer.

⁸⁸ Depoimento concedido ao autor por Maurício Anísio em 18 de Maio de 2005.

3.2 A Prisão

Os relatos dos presos políticos sobre o cárcere são recheados de momentos de angústia, isolamentos, medo e incertezas. Contudo, há declarações que se caracterizam pela ênfase no aprendizado e aperfeiçoamento de novos valores. Mesmo as experiências vivenciadas em total isolamento, são lembranças coletivas, pois na realidade são lembradas pelos outros. Portanto, “não é necessário que outros homens estejam lá”.⁸⁹

Nos cárceres, os presos políticos se deparavam com os riscos de conviver com presos comuns. Situações que muitos não esperavam ao serem recambiados dos quartéis para os presídios. Para Meri Medeiros, “foi um período muito duro, pois eu esperava que fosse cumprir pena num estabelecimento distinto. Mas me mandaram para uma prisão com 500 presos de alta periculosidade. Eu, por não ter solução, resolvi me impor por conta própria”.⁹⁰

Uma experiência enriquecedora. Essa é a visão de alguns ex-presos políticos com relação ao cárcere. Para Maurício Anísio, “foi uma experiência muito positiva em termos pessoais, porque adquiri fortaleza, quer dizer, a consciência de resistir ao que é injusto”.⁹¹ O convívio com outros companheiros nos cárceres, é lembrado com emoção e júbilo, como uma herança valiosa para toda a vida. Meri Medeiros, que foi contemporâneo na prisão de um dos líderes da esquerda de maior destaque na política brasileira, o ex-deputado federal e constituinte de 1947, Gregório Lourenço Bezerra, é

⁸⁹ Halbwachs, Maurice. Memória Coletiva. p. 26

⁹⁰ Depoimento concedido por Meri Medeiros em 12 de Maio de 2005.

⁹¹ Depoimento concedido ao autor por Maurício Anísio em 12 de Maio de 2005.

enfático ao falar sobre o amigo: “com ele aprendi, a ele devo minha formação de política e de humanismo”.⁹²

Os momentos em que foram partilhados com militares também foram mencionados nos depoimentos por Meri Medeiros, que foi ajudado por um sargento nas dependências de um presídio no Recife, e por Floriano Bezerra, que recebeu incentivo em alguns momentos após ser torturado no quartel do Exército, Décimo Sexto Regimento Infantaria (16 RI) em Natal.

Por outro lado, os relatos carregados de medo e incertezas num período em que o silêncio gerava angústia e as palavras podiam significar a morte, refletem o terror vivido pelos presos políticos no dia-dia dos quartéis. A mudança de unidades militares ocorria sem a comunicação prévia ao preso político. O medo da morte era o sentimento que na maioria das vezes imperava durante os momentos em que eram transferidos. O relato de Floriano Bezerra sobre sua transferência de um dos quartéis do Exército em Natal, sem aviso prévio, ilustra bem essa angústia:

*“As 5 horas da manhã, sob as ordens do oficial de dia, nos colocaram num furgão. Eu tive medo de morrer, aí, eu pensei, “essa gente torturadora gosta de matar”.”*⁹³

As ameaças de morte sofridas pelos presos políticos durante as transferências eram comuns. Sobre sua chegada em Fernando de Noronha juntamente com Djalma Maranhão e Luiz Maranhão, Floriano Bezerra relatou:

⁹² Depoimento concedido ao autor por Meri Medeiros em 20 de Maio de 2005.

⁹³ Depoimento concedido ao autor por Floriano Bezerra em 7 de Junho de 2005.



“Fomos recebidos pelo major Gondim. O capitão Lacerda disse-lhe que nós éramos presos da revolução, presos da linha-dura, se tentássemos fugir, qualquer um de nós, era para metralhar um por um”.

O apego à família foi decisivo em momentos que exigiam uma tomada de decisão. No momento em que saiu do presídio de Itamaracá em Recife, Meri Medeiros foi aconselhado por Gregório Bezerra, companheiro de cela, a ir para o Rio de Janeiro manter contato com militantes que lá se encontravam, porém, decidiu por retornar a Natal porque “minha família se encontrava aqui, minha mãe adotiva tinha morrido pensando em mim, meu filho se encontra aqui”. Sobre este aspecto, Ecléa Bosi comenta:

[...] Um homem pode mudar de país; se brasileiro, naturalizar-se finlandês; se leigo pode tornar-se padre; se solteiro, tornar-se casado; se filho, tornar-se pai; se patrão tornar-se criado. Mas o vínculo que o ata à sua família é irreversível.⁹⁴

⁹⁴ BOSI, Ecléa. Apud Oliveira, Helena Lucena de. Memória e Sociedade: lembranças de velhos. P. 58.

3.3 A Tortura

A tortura tornou-se matéria de ensino e prática rotineira dentro da máquina militar de repressão política de ditadura, segundo Elio Gaspari.⁹⁵ Ela atingiu diversos setores da sociedade brasileira, estudantes, operários, profissionais com título universitário e, até mesmo, parentes de militares de alta patente. Uma prática sistemática dos órgãos das instituições militares.⁹⁶ No Rio Grande do Norte, a exemplo de outros Estados, a tortura foi utilizada nos cárceres das dos órgãos de repressão.

Questionado sobre a violência nos cárceres, Bento Ventura comenta a tortura praticada nos porões da ditadura com ironia: “quando a reação vem, eles não oferecem beijos. Oferece é violência física e psicológica”.⁹⁷

Os métodos utilizados pelos algozes variavam de acordo com a criatividade dos mesmos e a disponibilidade das instalações. Quando se encontrava preso num quartel do Exército em Recife, Meri Medeiros foi vítima da tortura numa situação pouco convencional:

“No quartel da Polícia do Exército tinha um setor de subsistência que eram as câmaras frigoríficas com vários graus abaixo de zero, onde muitos companheiros nossos, inclusive a mim, entramos nessas câmaras. Alguns tiveram reações físicas negativas como parada cardíaca. Quando chegou a minha vez, também não consegui ficar por muito tempo. O solado dos pés caiu devido a frieza exagerada”.⁹⁸

⁹⁵ GASPARI, Elio. A Ditadura Escancarada. pp. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁹⁶ GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. pp. 227. São Paulo: Ática.

⁹⁷ Depoimento concedido ao autor por Bento Ventura em 26 de Maio de 2005.

⁹⁸ Depoimento concedido ao autor por Meri Medeiros em 20 de Maio de 2005.

Os métodos a serem utilizados eram um mero detalhe dentro de um processo que objetivava fundamentalmente infligir dor e sofrimento a vítima e fazer-lhe falar, fornecer informações.

A humilhação e a dor, muitas vezes, eram compartilhadas pelos presos quando eram torturados simultaneamente:

"me botaram numa cela mais ou menos com 2,5 metros. em que meus joelhos ficaram contidos com os de Luiz Maranhão. Uma peste de percevejo... acho que passaram alguns dias em busca deles para colocar na cela. Foi o maior suplício que eu já passei na minha vida".

Durante a tortura, em geral, o clamor da vítima sinalizava para a proximidade dos seus limites. A despeito do torturador, o torturado tomava-se um agente ativo no processo, buscando abreviar seu sofrimento. "Quando eu via que ia morrer, falava rastejando: estou não suportando mais! Mas a voz saía muito lenta. Aí ele dava um tempo e depois voltava de novo".⁹⁹

Percebemos que, a seu modo, seja ironizando ou relatando minuciosamente os fatos, as vítimas de torturas em seus depoimentos, demonstraram claramente o intuito de denunciar seus torturadores, mesmo que, em determinados momentos, o silêncio seja o meio para expressar a indignação e demonstrar traumas. "E esses traumas atualizam sentimentos da época: medo, raiva, humilhação etc".¹⁰⁰

⁹⁹ Depoimento concedido ao autor por Floriano Bezerra em 7 de Junho de 2005.

¹⁰⁰ SILVA, Dácia Ibiapina da. História Oral, oralidade e audiovisual na construção de relatos de memórias traumáticas. Revista Brasileira de História Oral, n 6. p. 69-94, 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei da Anistia, apesar de suas restrições, contribuiu com o processo de redemocratização do Brasil, ao possibilitar o retorno à vida política do país de milhares de pessoas que fizeram de algum modo oposição ao regime militar.

A liberdade que veio a reboque da anistia, trouxe também, uma difícil realidade para muitos dos que foram beneficiados por ela. Se antes havia a prisão e a tortura, o exílio e a clandestinidade, surge a gora o desemprego e uma árdua missão de reconstruir suas vidas, numa sociedade que o medo dos chamados “subversivos” ainda imperava. Uma nova realidade que, em geral, se somaria a seqüelas de um passado recente e obscuro, recheado por traumas.

No Rio Grande do Norte, a situação foi semelhante. A difícil reintegração a sociedade foi marcada pelas dificuldades existentes numa época marcada pela crise econômica e política. O clima de euforia com o retorno ao país de personalidades políticas, logo passou diante da realidade de abandono e discriminação que viveram os anistiados em sua luta pela sobrevivência.

Para a elaboração deste trabalho, foi de suma importância a colaboração da Associação dos Anistiados do Rio Grande do Norte, na pessoa de Meri Medeiros, que forneceu para a nossa pesquisa material dos arquivos da instituição que ele preside.

Tendo em vista o que foi exposto durante o trabalho, conclui-se que os anistiados políticos, que lutaram por uma sociedade mais justa e livre, a defenderam contra um inimigo desproporcionalmente mais poderoso e, ainda assim suportando os horrores da tortura, viveram situações que os marcaram por toda a vida. Percebemos

que as lembranças estão vivas na mente de cada um deles, muitas vezes com um forte teor de emoção, outras vezes, recheadas de momentos de alegria. Seja como for, notamos que alguns procuram compartilhar suas experiências enquanto outros buscam esquecê-las, ou simplesmente não compartilhá-las.

Sabemos das limitações do nosso trabalho, porém, esperamos em futuras pesquisas, aperfeiçoá-lo com a contribuição de outros historiadores.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

FONTES

Depoimentos orais: Meri Medeiros da Silva ✓
 Floriano Bezerra de Araújo ✓
 Pretestato José da Cruz ✓
 Bento Ventura de Moura ✓
 Mauricio Anísio de Araújo ✓

Fotografias: Tribuna do Norte ✓
 Diário de Natal ✓
 Galvão, Mailde Pinto. 1964. Aconteceu em abril. 2 ed. ✓
 Natal, RN: EDUFRN, 2004. ✓

BIBLIOGRAFIA

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. ✓

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. 2 ed: Contexto. São Paulo. 1988 ✓

Homero de Oliveira
 COSTA, COSTA, Homero. De Oliveira. **A Reforma Política no Brasil e Outros Ensaios**: Natal: Sebo Vermelho, 2001. ✓

→ GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. ✓

→ GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. ✓

→ GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 4 ed. São Paulo: editora àtica, 1986. ✓

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. 2 ed. Paris: Presses Universitaires de France. Paris, 1968. ✓

1 MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998. ✓

isso indica a obra de Mailde Pinto Galvão citada no resumo-pê (p. 27)

- 1
- ✓ THOMPSON, Paul. **A voz do passado. História Oral.** 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
 - ✓ SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo.** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
 - ✓ VIEIRA, Evaldo. **A República Brasileira:** 2 ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1988.
 - ✓ STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Os Senhores das Gerais: Os Novos Inconfidentes e o Golpe Militar de 1964.** 2 ed. : Paz e Terra. Belo Horizonte. 1992.
 - ✓ Anistia 20 anos. 1979-1999: um resgate da luta no Rio Grande do Norte. Natal, RN: Sindicato dos Bancários, 2000.

analisou a obra, a qual, oralidade e au-
 dio, visual no contexto de refatos de ma-
 nojas gramaticas -
 Autor: Jilva, Dália Fleijima.



ANEXOS

Mauricio Anísio

Comecei a participar da atividade política no movimento estudantil em 1964 quando estudava no colégio Marista, e já no Marista fui candidato a vice-presidente numa chapa com José Silton e nós fomos eleitos – José Silton Pinheiro foi assassinado pela ditadura. E a partir daí começamos a nos envolver com a política mais geral, partidária mesmo, isto depois que eu estive no Ateneu, onde fui estudar no segundo semestre de 1966. Aí mantive contato com os companheiros do PCB, onde comecei a me integrar na política partidária de esquerda...continuei na luta e foi assim que eu comecei minha vida política.

Durante o golpe eu era estudante do Marista. Nos anos de 67-68 o movimento cresceu muito em termos de contestação ao regime militar e quando foi em 68 eu estudava na faculdade de Sociologia no final do ano de dezembro de 68 foi baixado o Ato Institucional Número 5, o AI5, e aí por esse ato o Governo Federal adquiriu para si todos os poderes de dominar a vida da sociedade, de reuniões, congressos nacional, em fim, toda a vida social do cidadão passou a ser controlada pelo regime militar. Nós como estudante e que participávamos do movimento estudantil, vendo aquele ato muito feroz em cima da parte política entramos na clandestinidade e em fevereiro de 1969 o partido me designou para Pernambuco e foi assim que eu fui para Pernambuco, participei do movimento rural de agricultores na Zona Canavieira organizando os camponeses nos sindicatos, as reivindicações salariais. Tudo isso dentro do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR. Em Recife, nesse período do final de 69, um grupo de companheiros fizemos um movimento e rompemos com o PCBR e ingressamos na ALN, a Aliança Libertadora Nacional cujo o líder mais forte era o Carlos Mariguela. Foi na ALN que nós fizemos algumas ações armadas e sucedeu que em 31 de março de 1970 nos fomos presos pelo regime militar.

Não tenho parentes na política, meu irmão teve uma participação no movimento estudantil, mas não continuou na luta.

Atribuo a minha prisão a nossa resistência ao sistema político instalado no Brasil, um sistema ditatorial. Nós lutávamos não só pela democracia, pela liberdade de expressão, de organização partidária, mas também por uma sociedade mais justa em termos econômicos, de distribuição de renda, trabalho, saúde pública para todos, educação ampla para todos os filhos desse país, em fim, uma nova sociedade que, se instituída essa sociedade, as pessoas passassem a conviver melhor tanto na parte social, econômica, quanto na parte política, ou seja, uma sociedade justa que a gente queria. Então foi esse risco, esse perigo que a gente representava para o regime militar que fez com que nós fôssemos perseguidos até a destruição do nosso movimento.

M.A minha libertação se deu através de um movimento nacional pela anistia ampla, geral e irrestrita que se iniciou em São Paulo com a Doutora Teresinha Zerbini que formou o Comitê de Anistia e isso se espalhou pelo Brasil, dentro do Congresso Nacional alguns deputados e senadores se pronunciando, a OAB, a ABI, as igrejas católica e evangélica, toda a sociedade organizada em defesa da anistia ampla, geral e irrestrita. E a lei de anistia foi votada em 28 de agosto de 1979 e depois dessa votação o processo se deu e eu saí em dezembro de 79 da prisão.

M. Eu acho que foi uma experiência muito positiva em termos pessoais porque adquiri fortaleza, que dizer, a consciência de resistir ao que é injusto, eu ainda hoje devendo uma sociedade justa, acho que não temos avançado no país em termos de distribuição de renda, em benefícios sociais como a escola, a habitação, o esporte extensivo a toda a população. Eu acho que a gente precisa avançar nisso aí, o poder aquisitivo da população tem que crescer mesmo, nós temos que ter condições de viver bem, de sermos pessoas alegres, pessoas sadias sem nenhuma injustiça social. Então eu acho que minha experiência serviu para me fortalecer ideologicamente e para mostrar que hoje ainda sou uma pessoa que pensa em termos justo para a sociedade.

Minhas relações com toda a população são boas, na minha cidade Santa Cruz, família... é tanto que hoje, nesse movimento que estou fazendo, há um apoio integral da sociedade, dos sindicatos,

minha família está sempre presente, as pessoas da minha cidade também se solidarizando... em fim, graças a Deus minha relação é positiva nesse aspecto.

Hoje sou aposentado do Banco do Brasil. Uma aposentadoria incentivada que o banco instituiu até que eu complete os 35 anos pelo INSS que é o tempo integral de aposentadoria, eu tinha 21 anos de banco e apresento esse programa para quem tivesse 50 anos de idade e pelo menos 15 anos de banco ele ficaria pagando uma mensalidade a gente aos funcionários e ficaria pagando uma parte do INSS até quando a gente completar 35 anos.

O que mudou é que eu passei a perceber também que alguns partidos que se diziam defensores da sociedade quando assumem o poder mudam até de caráter, de convicção e passam a justificar alguns erros como se fossem pessoas velhas do passado, de outros partidos. A gente exige uma mudança mais rápida da sociedade e eles nos dizem "não, tenha paciência, isto não é assim..." antes defendiam a mudanças, então há uma incoerência entre o discurso e a prática, isso me magoa muito. Apesar de eu ser de um partido que hoje está participando do governo o meu "pé não é preso a ninguém", eu sou uma pessoa com uma característica de independência, se estiver errado eu digo que está errado não importa se é meu filho, pai, mãe ou o partido ao qual pertença. Acho que tem que haver uma mudança nesse país, radical mesmo de independência do imperialismo, das multinacionais, nossa produção de riqueza não deve ir para o exterior e sim ser reinvestida para beneficiar nossa sociedade e melhorar nossas vidas.

A lei de Anistia que nós lutamos em 78 ela nos libertou da prisão, tudo bem, agora veio uma nova lei da anistia em 2002 reparando os crimes que eles cometeram contra os revolucionários. Essa lei, a 10.559, garante a quem foi estudante o direito a contar o tempo de punição política como tempo para aposentadoria e eu recorri ao INSS, entrei com um requerimento de aposentadoria integral, porque eu tenho 10 anos e alguns meses de prisão política, tenho 21 anos e três meses de Banco do Brasil e mais três anos e alguns meses de tempo rural em que fui agricultor também. Juntando todas essas partes somam então 35 anos e quatorze dias. O INSS está se negando a cumprir a lei da anistia 10.559, está se negando a cumprir uma portaria do Ministério da Justiça que ratificou quando me julgou e me deu esse direito ... por isso eu vi que só tinha uma maneira que era entrar em greve de fome nacional por tempo indeterminado, até porque o problema não é só meu mas de centenas de companheiros estudantes que vão se deparar com essa resistência do INSS, por isso estou lutando por mim e por meus companheiros.

O apoio é integral, os sindicatos, associações, pessoas individualmente apoiando, a OAB, políticos, as Igrejas, partidos... então é algo impressionante.

Meri Medeiros da Silva

Fui criado pela família Siqueira Cavalcante, minha mãe legítima, Lídia Tomás Medeiros foi servicial dos trabalhos domésticos há cerca de quarenta a cinquenta anos na casa dessa família de tradição na cidade, família de Esmeraldo Siqueira. Minha mãe adotiva era irmã dele e nessa família em que fui criado tivemos algumas pessoas envolvidas em política. O juiz Edgar Homem de Siqueira, juiz de direito em Olinda já falecido, foi penalizado pelo golpe de 64 em Recife por ter viajado a Cuba; tenho meu primo a fim que um grande intelectual, um grande combatente político e também meu grande amigo, Juliano Homem de Siqueira, hoje professor da universidade, filho de Esmeraldo Siqueira, portanto ele me considera primo e eu o considero também com muita honra primo; teve também Dr. Armando Homem de Siqueira, foi advogado do Banco do Brasil e também, por suas atividades democráticas, punido pelo golpe de 64. Então, tem uma certa relação essa minha admiração e engajamento político.

Comecei a participar da vida política mais ou menos nos idos de 1960. Antes de ingressar no Atheneu e depois nele. O Atheneu era o centro cultural, ele representava o centro da inteligência, pois lá ensinava professores como Esmeraldo Homem de Siqueira, Floriano Cavalcante de Albuquerque, mestre em História do curso clássico, ensinava Moacir de Góis que foi punido pelo golpe, foi secretário de educação no governo de Djalma Maranhão; ensinava um grande advogado, ex-parlamentar e militante comunista Luiz Maranhão Filho, também professor de Geografia; professor Vicente de Almeida, Newton Navarro chegou a ensinar lá, um grande intelectual chamado Valfran de Queiroz, em fim, era a elite da

intelectualidade natalense que ensinava naquele grande colégio e que hoje não tem mais aquele brilhantismo daquela época.

Quando deflagraram o golpe eu estava numa localidade chamada Tiriri, uma cooperativa subsidiada pela Sudene, há alguns Kms da cidade de Cabo de Santo Agostinho no Recife. Eu tinha ido fazer um curso, um seminário de discussão sobre a reforma agrária, representando as Ligas Camponesas. Nesse curso, iríamos projetar um seminário internacional na China, do qual eu seria o representante do Nordeste. Daqui do RN, eu e Floriano Bezerra de Araújo. Essa iniciativa foi abortada porque o golpe eclodiu nas ruas, em Recife e em todo o Brasil. Então foi a interrupção do sonho, da utopia, da efervescência social daquela época.

Eu era estudante, mas já tinha deixado o Atheneu por que no terceiro ano do ginásio já tinha abandonado os estudos para me integrar de corpo e alma na luta pela organização camponesa do Nordeste, ou seja, das Ligas Camponesas. No eixo Sapé-Mamaguape interior de Pernambuco e Canguaretama em Natal. Então eu atuava conjuntamente nesses três estados.

O golpe militar, ele veio dar um corte muito doloroso na organização social do país. O que havia no país era um governo progressista de João Goulart e um clima de ampla liberdade democrática, de organização dos estudantes, dos camponeses no sentido de avançar nas idéias e na organização social do povo. O que existia no Brasil era isso. Claro que existia os partidos comunistas como sempre existiram, e eram correntes abertas a amplas e livres discussões.

O meu tempo de prisão eu contava com 3 anos e seis meses, mas quando eu fui requerer a anistia, nosso advogado disse “Meri, cheguei a conclusão que você escondendo mais um ano”. Então ele contabilizou 4 anos e seis meses, foi o período da minha prisão.

Minha prisão foi a princípio em Pernambuco, no Recife, na cidade de Jaboatão. Fiquei também na rua da Aurora, o chamado Brasil Novo, na secretaria de Segurança que era um presídio onde se abrigavam pessoas de todas as classes sociais, mas que eles colocavam presos políticos também. Fiquei em alguns quartéis, vim para Natal cumprir parte da pena do período dos quartéis e depois fui para Recife cumprir o período da prisão. E pós essa segunda prisão, teve a terceira que foi na cidade de Fortaleza, na antiga casa de detenção de Fortaleza, na rua senador Jaguaribe. Atualmente é um centro de cultura.

Aqui em Natal, não sofri violência por que ao chegar aqui uma dupla de policiais que comandavam os inquéritos na época, que eram o major José Domingos e Carlos Zero, um bacharel que depois foi presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco. Me parece que já falecido- eles tinham todo o poder de fazer e desfazer, de torturar, de prender sem mandato judicial competente. Apenas por suspeita prendiam as pessoas ditas subversivas. Então, essa dupla já tinha saído de Natal, por isso não tive aquele clima de terror como outros companheiros sofreram, com torturas. Mas na cidade do Recife houve tortura: no quartel da polícia do exército tinha um setor de subsistência que eram câmaras frigoríficas com vários graus abaixo de zero onde muitos companheiros nossos, inclusive a mim, entramos nesses câmaras. Alguns tiveram reações físicas negativas como parada cardíaca. Quando chegou a minha vez também não consegui ficar por muito tempo. O solado dos pés caiu devido a frieza exagerada.

Em Fortaleza também e em Recife cheguei a presenciar fatos monstruosos como o estupro de uma companheira em nossa presença lá no quartel chamado Coiteme- Era o quartel da artilharia da costa, que não sei se existe atualmente hoje- localizava-se no bairro Novo em Olinda, a beira do mar – eu sabia que era o mar por que eu sentia o barulho das ondas.

Em Fortaleza também quando eu estive no 24º Batalhão de Caçadores, onde passei 60 dias completamente despido numa cela fétida com urina e água e eu tinha estava muito enfraquecido. Serviam comida estragada propositadamente que era carne de charque e havia uma comida que no Ceará é muito conhecida chamada baião-de-dois. Comecei a ter desintéria por 60 dias... já estava no final e os presos de outras celas, que eu não conhecia, diziam que eu ia morrer. O que me salvou foi um sargento, que tinha uma certa consideração, me cedeu um litro com água. Ele até pensava que eu ia me suicidar. Coloquei algumas cascas de laranja que um preso desertor me ofereceu. Eu as deixei apodrecer no litro e aí tomei de um vez o litro e me curei. Foi um período muito duro, como também o período do momento da prisão, pois esperava que fosse cumprir pena num estabelecimento distinto que a Lei de Segurança Nacional diz que os presos comuns serão separados dos presos políticos. Mas me mandaram para uma prisão com 500

presos de alta periculosidade eu por não ter solução, tinha protestado através de documentos mas não houve jeito. Então, eu resolvi me impor por conta própria e no final da pena o advogado de ofício que foi deputado federal pelo PFL, Leônidas... ? foi dizer que minha pena tinha sido reduzida e desejar feliz natal e trazer algumas revistas e jornais . Eu o pedi que se retirasse do presídio porque já tinha cumprido quase um ano e seis meses da redução da pena e estava resistindo e que estava fortalecido pela minha atuação me tornei amigo dos presos comuns, fazia cartas, dava conselhos, orientações, me tornei assim uma espécie de liderança. Então foi esse mais ou menos o quadro geral desse período de prisão.

Fui contemporâneo na prisão de uma das figuras históricas mais brilhantes da vida política brasileira, o ex-deputado federal, constituinte de 1947, chamado Gregório Lourenço Bezerra. Com ele aprendi, a ele devo minha formação de política e de humanismo. Ele me recomendou que, ao sair, fosse para o Rio de Janeiro e contactar amigos nossos. Mas eu raciocinei, e esses contatos, que estavam na penitenciária Lemos de Brito, foram metralhados na fuga da prisão. Não podia sofrer a mesma penalidade. Mas não foi por isso, a razão maior foi minha família que se encontrava aqui. Minha mãe adotiva tinha falecido pensando em mim, falando em mim; minha mãe legítima, Lídia, estava aqui, eu já tinha um filho que, quando saí, tinha 6 a 8 meses, e ao meu retorno, se encontrava com um ano e 8 meses. Já não me conhecia. Então, toda a minha vida, a construção da minha vida tinha sido plantada aqui, e eu lutei para reconstruir a minha vida com muita dificuldade porque ao retornar da última prisão, - eu entrei em 69 na última prisão e sai em 71- me parece que em janeiro de 71, o clima estava ainda aqui e no país de muita repressão e eu tive muita rejeição pois ninguém me dava emprego. Portanto, foi um calvário muito grande para eu me afirmar... fiz serviço de todos os tipos, braçais... ainda era jovem... enfrentei uma resistência muito grande. Depois, fui me aclimatando, veio uma certa liberdade no país, então comecei a trabalhar e a melhorar minha situação econômica – sempre fui ruim a minha situação- sofriamos um preconceito muito grande produzido pela mídia, pela literatura contra aquelas pessoas que tanto lutaram pelo restabelecimento das liberdades democráticas.

Nesse período, havia atuação política mas, muito vigiada e sutil. Havia sempre resistência. Aqui, por exemplo, houve um grande movimento que não presenciei. O Comitê Norte-riograndense de Anistia... houve reação de vários companheiros quando eu fui preso em Fortaleza, eles estavam presos em Itamaracá, inclusive Juliano Siqueira, Luciano Almeida, Maurício Anísio... vários companheiros, brilhantes companheiros. Mas por outro lado, havia um movimento muito grande no sul do país. Aqui sempre foi mais tímido, mas havia – Roberto Furtado, Sergio Dieb, presidentes de diretórios- a classe estudantil, setores, bolsões e afins que se articulavam pela democracia.

No auge da campanha pela anistia, da fundação do comitê do RN de anistia que foi aqui dirigido por esses companheiros, entre eles, o deputado como Roberto Furtado, principal advogado dos presos políticos, Carlos Antônio Varela Barca, já falecido, foi presidente da OAB; Edson(hact?) , Lorival Bezerra, Sergio que era vereador na época, e vários outros companheiros. Mas não era uma luta ampla, não crescia muito porque havia o medo, o terror implantado. Os companheiros estavam presos no Recife, em Itamaracá, inclusive um que na época era estudante e hoje é professor universitário, Moisés Domingos. Havia um movimento vigoroso, mas muito vigiado, muito fiscalizado pelos órgãos de repressão. Aqui havia as trincheiras de resistência que ajudou muitos presos do RN a conseguir o direito de sair junto com tantos outros presos do Brasil. No Recife, esses presos fizeram uma grande greve de fome (40 dias) Aqui Maurício Anísio estava preso na Colônia Penal João Chaves para cumprir o resto da pena, ele sozinho(em 79, Maurício fez 18 dias de greve de fome). Maurício é um dos companheiros mais brilhante, muito vivo, corajoso...

Então, o processo de anistia, na minha ótica, ainda não foi completado. Está aí o exemplo hoje do companheiro Maurício Anísio em greve de fome pelo cumprimento do inciso terceiro do artigo primeiro da Lei de Anistia. A anistia, com 40 anos do golpe, ainda não foi completada.

Minha atuação foi pequena e modesta, mas eu me orgulho dela. Escolhi esse caminho, o caminho da luta, da contestação, da defesa das liberdades democráticas... o ônus é muito grande, o ônus de todos os brasileiros é muito grande, mas necessário. Porque eu disse numa certa falação no INSS, num ato público há poucos dias, de que Maurício Anísio está fazendo pedagogia da resistência política, fazendo história. Sem querer me envaidecer, sem querer ser prepotente, o nosso papel é de contar a história, Nós

que fomos protagonista dessa história. Acho que valeu a pena, até porque os estudantes de hoje como você, a juventude estudiosa, clama não só por justiça, mas por conhecimento teórico do que houve no Brasil na década de 60 e 70. Porque foi omitido pelos livros por conta da repressão violenta que foi desencadeada nas universidades. Então, o papel do anistiado não é só receber indenização reparatória, isso é um componente, isso é uma obrigação do Estado; mas é muito mais, é de honrar, dignificar e preservar a memória histórica a todo momento, onde houver a oportunidade, através de palestras, depoimentos, artigos, através da própria ação cidadã de defender a posição hoje de Maurício Anísio e de fazer cumprir uma lei histórica.

Quando chegamos a Natal, devido o medo, o terror, as pessoas se afastavam. Era como se nós fôssemos uns leprosos. Mas era o medo. Por não saberem da história, as pessoas se afastavam para não também serem molestadas. Eram um mecanismo de autodefesa e que eu sabia compreender. Tinham pessoas que não cruzavam comigo. Mas os tempos mudaram, a democracia impera no Brasil e hoje todos esses patriotas que sofreram o ônus pesado da indiferença e da rejeição e do terror, são reconhecidos como pessoas que ajudaram a construir essa democracia. A universidade e os estudantes têm ajudado a construir essa recuperação da imagem, essa restauração da imagem política.

Sempre gostei muito de ler. Minha profissão, se fosse por vocação, seria sociólogo ou jornalista. Mas não tive a oportunidade de seguir os estudos. Tenho muita leitura, variada. Aos 15 anos de idade, no Atheneu, já tinha lido toda a literatura brasileira, os clássicos de Machado de Assis, Aloísio de Azevedo, Castro Alves..., tudo que se relacionava com o período. Li todas as obras de Graciliano Ramos, li também Jorge Amado, em fim, lia e também escrevia quando jovem. Rasguei meus escritos e voltei a escrever na redemocratização pela necessidade de me comunicar com a sociedade. Eu tenho um livro que pretendo publicar que foi aprovado pela Lei Djalma Maranhão. Se chama "Lições de Democracia e da Cidadania". É um coletânea de 80 artigos que procuro colocar meu pensamento em relação o Brasil, a Natal. É também um livro memorialista sobre figuras que conheci, que convivi.

Tenho o primeiro livro publicado e já esgotado, chamado das "evocações dos esquecidos". Escrevi e procuro escrever, tenho várias publicações na imprensa local, artigos, crônicas... não é pelo desejo, pela vaidade de escrever, o diletantismo de exibir talento, é apenas uma pedagogia educacional de procurar incentivar, para que outras pessoas como eu possam escrever. Para que possam emitir suas opiniões, para mostrar o direito do cidadão de escrever que é de todos. É essa a minha direção, meu sentido de escrever. Não é vaidade, é uma necessidade de, como militante político, me comunicar com as pessoas, com a sociedade e emitir meus conceitos – que possam até parecer errôneos, mas são conceitos, opiniões, um ponto de vista.

Presido por uma necessidade histórica, os nossos companheiros quase todos estão velhos e doentes. Então é muito difícil, um campo difícil de trabalhar devido às seqüelas, pelo desencanto, pelas dificuldades da própria vida do cotidiano, mas estamos tocando isso. Então o objetivo é defender reparação de direitos postergados, mas não é apenas isso. É muito mais, é preservar a memória histórica de um passado recente que nós devemos cultivar, que nos devemos debater, abordar, para que não se repita mais e para que a democracia se fortaleça. Temos muita dificuldade, seqüelas, problemas pessoais da maioria dos nossos companheiros. Precária situação das instalações... mas é importante que o sentimento da luta, da continuidade da anistia, para que ela se complete, para que ela seja como no passado, depois do golpe. Os estudantes nas ruas e militantes defendiam uma anistia ampla e irrestrita. É isso que nos queremos, que abranja a todos que sofreram perseguições, que foram cerceados. Alguns alcançaram, basta dizer que nos temos cerca de 60 a 70 pedidos de anistia tramitando na comissão de anistia. E nos preocupa a morosidade dessa comissão de anistia, pois nos temos pessoas muito mais perto do fim do que quando eclodiu o golpe. A anistia é uma reparação econômica, mas, deve ser um reconhecimento em vida para que as pessoas tenham mais dignidade, uma vida condigna juntamente com seus familiares.

O que mudou na minha vida é uma coisa que tenho com muita satisfação que é o espírito combativo, não verga a cabeça. Acho que é o patrimônio maior do ser humano, é a independência, opinião própria que nos temos. E eu ganhei tudo isso, eu aprendi todo esse acervo histórico que tenho dentro de mim e de comportamento ético e moral, com meus companheiros dentro da prisão e fora dela. Então esse é o meu grande patrimônio. Um patrimônio inalienável que aprendi com Ivo Valença, Gregório Bezerra e,

fora do cárcere, com Raimundo Bernadino de Sena, com Floriano Bezerra, Mauricio Anísio que conheci muito recentemente mas que tem me dado lições de democracia, de civismo, independência, ternura... Ubirajara Macedo, o saudoso companheiro Carlos Lima...

Também me voltei a musica. Tenho ouvido muito MPB, seresta... a vida da cidade, eu amo essa cidade, minha maior paixão era o Recife quando jovem, pretendia morar lá. Mas hoje a minha paixão atual é Natal, cidade que tem belezas naturais, uma historia, suas ruas largas, seus boêmios, suas figuras populares.. então, hoje tenho um sentimento renovado de vida, devo a isso a minha companheira Maria das Dores de Oliveira Barros, a meu filho único Merisio..

Tenho uma grande reserva de amor contido na alma e amor a essa pátria e as causas do socialismo. Atualmente eu sou membro, militante, componente da Direção do municipal e estadual do PCB, há cerca de quase 4 anos. Então essa é minha vida, recheada de fatos agradáveis, de visitas de companheiros... procurando fazer desse ônus que nos coube como militantes políticos, a grandeza da vida, e em dois princípios básicos da vida do militante, do combatente social que são fraternidade e a solidariedade , porque esses dois sentimentos eles estão escassos, estão desaparecendo da vida da sociedade globalizante e perversa que nós vivemos e de consumismo, de corrida louca, desenfreada e insana pelo "ter". e eles colocam em segundo plano o "ser". Eu prefiro a segunda alternativa que é o ser, ser gente, ser amigo, ser fraterno, em fim, ser uma pessoa que possa construir uma sociedade nova.

Pretestato José da Cruz

Meu inicio na atividade política foi com uma participação indireta. Na época estava com 11 anos, em 1935. Eu tinha uma prima casada com um dos líderes do movimento de 1935, Giocondo Dias, que depois foi secretario geral do PCB. Eu me recordo que na época ela morava próximo a Lagoa Seca e Tirol. Para lá iam se reunir Giocondo, outros cabos e sargentos. Mas eu não sabia nada, pois era muito. Depois que terminou o movimento de 35 ele foi preso e a partir daí fui saber que aquelas reuniões se tratavam da preparação do movimento.

A partir daí, eu comecei a simpatizar com o PC e , o PC naquela época era hegemônico na frente, havia trabalhistas... até cara que não tinha nem partido... após esse movimento eu fui obrigado a sair do colégio porque meu pai morreu e eu era arrimo de família. Abriu um voluntariado no exercito em 41 e eu fui voluntário com 17 anos e 8 meses. Fiz o curso de cabo... não fui para a guerra porque tinha uma boa conduta. Em Natal , naquela época, a industria era muito incipiente e o comercio era na Ribeira. Em 1950, entrei como membro da diretoria do sindicato dos estivadores. Na época o mandato era de 2 anos. Passei de 50 a 1960 como secretario. Comecei a fazer trabalho burocrático e em 62 fui eleito presidente do sindicato. (em 58, já tinha Luiz Maranhão, os amigos do comitê Central do PCB e ele me forneceu uma literatura para mim ler..o capital... Entrei no PCB no mesmo periodo em que houve a Revolução Cubana.

O pessoal da minha familia, especialmente o meu pai, faziam uma política tradicional do campo. Ele era descendente de portugueses.

Naquele periodo do governo João Goulart, foi o periodo de Ascenso das massas aqui no Brasil e os trabalhadores começaram a se organizar. Só tinha uma central sindical aqui e o nosso trabalho na área sindical, no movimento operário, era o setor que foi mais atuante entre os trabalhadores. Foi o pessoal marítimo, estivadores, portuários, transporte aéreo, rodoviário... essas categorias estavam a frente do movimento com o partido comunista. os melhores quadros dos sindicatos pertenciam ao PC.

Eu participei de todo o movimento sindical, tanto a nível estadual quanto a nível nacional; Na minha área e em outras áreas; organizando e mobilizando o pessoal. A palavra de ordem do PC sempre foi pela unidade do movimento e ainda hoje luta para não deixar dividir.

Esse golpe de 64, aqui em Natal teve como liderança principal Djalma Maranhão (líder das esquerdas)- a primeira vez apoiado por Aluizio... após assumir o poder , Aluizio rompeu com o PC.

Djalma tinha uma casa na praia de Ponta Negra. Um certo dia, estivemos lá reunidos, o PC, PTB, para discutir a chapa para prefeito de Natal e vice. Pensando no nome de Moacir de Góis e de outras pessoas... e Djalma sentado numa cadeira... depois de ouvir as opiniões ele chegou e disse "olha , minha chapa é essa

aqui, Moacir de Góis para prefeito e Pretestato para vice. Era uma eleição em que a gente teria ganhando disparado. Mas aí veio o golpe e interrompeu nossas pretensões.

Depois disso eu não fui mais candidato. Com o golpe, sai do sindicato, perdi o emprego... no dia 31 de março eu não estava aqui. eu tinha ido no dia 28 ou 27 para uma reunião no RJ, na confederação dos estivadores. Era uma reunião de prestação de contas da federação e o sindicato dos Bancários viajou comigo... nós chegamos no aeroporto e foi seguimos cada um para o seu lado. Ficamos de nos encontrar num jantar na quinta-feira mas... nos fomos surpreendidos com as tropas de Minas que se deslocou para o Rio de Janeiro.

Eu passei 12 Anos clandestino, sem poder vim aqui. De 64 até 79, eu fui absolvido pelo tribunal de auditoria de guerra... a revelia. Só voltei depois da anistia em 79.

Na clandestinidade ninguém queria me dar emprego, via na minha carteira de trabalho "sindicato dos estivadores" e se negava a dar emprego com medo de se envolver. Sofri perseguições, meus filhos todos de menor, foram criados nesse período no RJ. Eu digo "olha, vocês são filhos do PC". Eu vivi esses doze anos numa situação muito difícil. Sobrevivi graças ao Partido Comunista.

A minha casa (RJ) serviu de aparelho para o comitê Central. Qualquer momento que eu fosse denunciado ou o pessoal, tanto a mulher quanto meus filhos sofreriam as conseqüências.

A classe operaria não teve condições de se reorganizar pacificamente, imagina na luta armada. Cada um tem a sua maneira de fazer a revolução... Só tivemos uma atuação política livre após a anistia.

Acho que a luta armada foi um erro. é muito mais difícil você como revolucionário-revolucionário é todo aquele que quer mudança- é mais fácil você montar guerrilha, aprender a atirar, do que você ir para a massa, onde eu passei a minha vida inteira, reunindo os sindicatos, mobilizando o pessoal nas bases, trabalhadores, estudantes... é muito mais trabalhoso.

Eu fui beneficiado pela lei de anistia. Porém, ela não atendeu os anseios porque tanto os derrotados como os caras que foram nossos algozes.

Voltei à legalidade após a anistia. Vim para Natal, já estava aposentado, cheguei aqui e fui reorganizar o PC. começamos um trabalho muito serio no sindicato dos bancários do RN.

Eu acho que foi uma experiência para nós muito boa. Apesar das derrotas que nós sofremos, foi uma experiência negativa porque foi uma derrota, mas foi também ensinamento para as futuras gerações. Ninguém é dono da verdade nem, como disse Max, a historia não se repete nem como tragédia...

Eu espero que no Brasil nunca mais aconteça o que aconteceu em 64. Eu acredito na mobilização, na organização dos trabalhadores. E isso só vai com educação, cultura e trabalho para o povo. Então, isso de dizer "não, o Brasil está crescendo..." o Brasil não está crescendo nada.

Não houve mudanças porque continuo na minha atividade política com os companheiros, tanto daquela época quanto os nos. Passando a minha experiência para eles.

Hoje pertencço ao PPS. No inicio, houve um certo afastamento das pessoas.

Passei por tudo isso e não tenho uma casa para morar... e esse pessoal que conheço por aí, todos eles estão milionários, a custa da política de roubalheira.

Para mim, mudou muita coisa porque naquela época em que entrei no partido, garotão, vivia mais dos esportes, não tinha a mentalidade que tenho hoje, essa experiência.

Eu acho que as forcas armadas, depois do regime militar... vejo que os militares não querem se envolver... acho que já mudou muita coisa no quartel. Eu converso com militares daquela época que e muitos deles me fala que cometeram um erro.



Bento Ventura

Comecei a minha vida como trabalhador agrícola no interior do Estado. Depois que passei do campo para a indústria e veio a idéia de dar uma contribuição para a luta dos trabalhadores. Comecei em Macau, na salina, onde trabalhei 9 anos. Havia 12 sindicatos, marítimo salineiro...

E foi lá que comecei a sofrer perseguição política. Quando passei a fazer oposição ao sindicato a serviço dos patrões, aí então veio a minha sentença de opositor grevista, aquela coisa toda...isso na década de 40.

Foi em 44 que comecei a trabalhar em salina, a liderar movimentos de greve...e passei a assumir a liderança de sindicatos.. até 1953 quando vim para Natal onde assumi novas funções, profissões. Ainda solteiro, participei de congressos pelo Brasil inteiro...

O tempo que eu fui preso em 64... depois veio a crise do Chile. Eu era liderança sindical salineiro e lá fui preso... achavam que eu era um elemento perigoso, então fui preso varias vezes. Eu era filiado ao PC em 64. Atuei em outros estados... o partido me transferia para o Cará, Maranhão, Paraíba, e passei a dar assistência aos grandes lideres nossos com Ulpiano Cavalcante e outros.

Quando veio a repressão forte, no inicio dos anos 70, fui preso por três anos aqui em Natal. Estive em vários quartéis. De 71 a 76 sendo perseguido. Depois veio a anistia e eu fui anistiado. Eu fui o primeiro indiciado daqui de Natal a ser julgado pela comissão de anistia. Fui o primeiro a ser beneficiado. No periodo da anistia eu me encontrava no RJ.

Sempre quando me perguntam sobre a violência nos cárceres, respondo com ironia. quando a reação vem, eles não oferece beijos... oferece é violência física, psicológica. Eu fui muito seguro nos meus depoimentos. não cheguei a ser muito violentado como muitos companheiros aqui em Natal viu. Muitos faleceram...

Sai da prisão antes da anistia, fui julgado pela anistia como outros foram.

Tive ajuda de advogados de Recife e daqui, como Roberto Furtado. Então fui anistiado e depois veio o julgamento pela comissão nacional de justiça.

Eu passei várias fases. A fase getulista, golpista. Veio a luta do povo brasileiro pela anistia, pelas diretas já... modificou, houve uma mudança. Nos éramos perseguidos e hoje temos uma cobertura do governo, participação do governo. Apesar do governo ter cometido certos erros, mês é um governo nosso. E difícil governar, porque essa camarilha brasileira de corrupção, contrabandistas... é um absurdo, é da gente não agüentar.

Faria tudo novamente. Por isso, tenho sido procurado pelos companheiros, inclusive ministros que vem de Brasília. Tenho passado como membro do sindicato dos aposentados. Depois Federação dos aposentados ainda hoje sou vice-presidente da federação.

Não me considero um herói, me considero um contribuinte revolucionário na legalidade. Agüentei toda a clandestinidade. Ilegal foi o governo militar.

Família, amigos...

Mudaram. Eu sempre sou visitado, sempre sou convidado. Quando chaga personalidades do governo sou convidado. Então participo... não sou um herói.

Na época do golpe eu fui perseguido, preso, mas isso não me abateu.

Sempre tive amigos. Teve companheiros que deixou, mas eu continuei firme. Tive muita solidariedade tanto aqui quanto nos estados em que atuei. Onde fui designado pelo partido.

Aqui passei tempo que não podia estar aqui. Atuei até em Tucuruí, na construção civil e no sindicato. mas no RJ foi que passei 9 anos sem atividade política porque pedi ao pessoal aqui para me poupar um pouco e lá fui trabalhar para adquirir minha condição para não passar necessidade.

O que mudou

Eu posso dizer que minha vida minha participação foi contribuir para isso, essa luta. Sem receio, constrangimento, sem odiar ninguém.

A lei de anistia

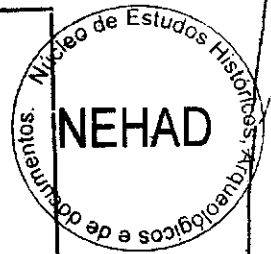
Em 79 eu estava sem atividade no RJ. Tava lá ligado na profissão. Fui mestre-de-obra. Mas eu enfrentei a realidade como ela é. ainda hoje não estou arrependido.

Ajudei aqui em Natal a fundar o MDB municipal. Fui diretor, minha esposa também, mas eu fui firme.

Não tenho seqüelas físicas nem psicológicas. A luta armada teve seus reflexos positivos porque demonstrou que o Brasil não foi submisso.

Recebi muitos convites para ir a URSS, Cuba, mas não tinha mais idade para isso. Houve queda do socialismo e está difícil atualmente.

Ainda considero o comunismo uma alternativa para a humanidade. Depende muito desse estado de coisas.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Município e Comarca de Natal—Estado do Rio Grande do Norte

PRIMEIRO OFÍCIO DE NOTAS
JAIRO PROCÓPIO DE MOURA
TABELIÃO PÚBLICO

Rua Vigário Bartolomeu, 583—Fone 1138

CERTIDÃO

Certifico em razão de meu ofício e em virtude de pedido verbal de pessoa interessada que, os Estatutos da "LIGA URBANA" do Estado do Rio Grande do Norte, fundada no dia 18 do mês de Janeiro do ano de 1964, com sede e foro jurídico nesta Cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, publicados no "Diário Oficial" do Estado, edição do dia 23 de Janeiro de 1964, acham-se inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, desta Comarca, às fls. 18 do Livro A, - Nº 5, sob o número de ordem 713, em data de 24 de Janeiro de 1964, neste Cartório do Primeiro Ofício de Notas, privativo do mencionado Registro. Do que, para constar, fiz autografar a presente, conferi, achei-a conforme, subscrevi e assino. O referido é verdade e dou fé.

Natal, 16 de Junho de 1965

Jairo Procópio de Moura
(Jairo Procópio de Moura)
Of. do Reg. Civ. das Pess. Jurídicas

ISENTO DE SELOS
Art. 17-14-193, de 13/2/35

1º. Ofício de Notas
Jairo Procópio de Moura
Tabelião Público
Rua Vigário Bartolomeu, 583
FONE 1138
NATAL-RIO G. DO NORTE

LEI Nº 10.559, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.

Regulamenta o art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 65, de 2002, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda constitucional nº 32, de 2001, promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME DO ANISTIADO POLÍTICO

Art. 1º O Regime do Anistiado Político compreende os seguintes direitos:

I - declaração da condição de anistiado político;

II - reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade, nas condições estabelecidas no caput e nos §§ 1º e 5º do art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou de fundada ameaça de punição, por motivo exclusivamente político, vedada a exigência de recolhimento de quaisquer contribuições previdenciárias;

IV - conclusão do curso, em escola pública, ou, na falta, com prioridade para bolsa de estudo, a partir do período letivo interrompido, para o punido na condição de estudante, em escola pública, ou registro do respectivo diploma para os que concluíram curso em instituições de ensino no exterior, mesmo que este não tenha correspondente no Brasil, exigindo-se para isso o diploma ou certificado de conclusão do curso em instituição de reconhecido prestígio internacional; e

V - reintegração dos servidores públicos civis e dos empregados públicos punidos, por interrupção de atividade profissional em decorrência de decisão dos trabalhadores, por adesão à greve em serviço público e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional por motivo político.

Parágrafo único. Aqueles que foram afastados em processos administrativos, instalados com base na legislação de exceção, sem direito ao contraditório e à própria defesa, e impedidos de conhecer os motivos e fundamentos da decisão, serão reintegrados em seus cargos.

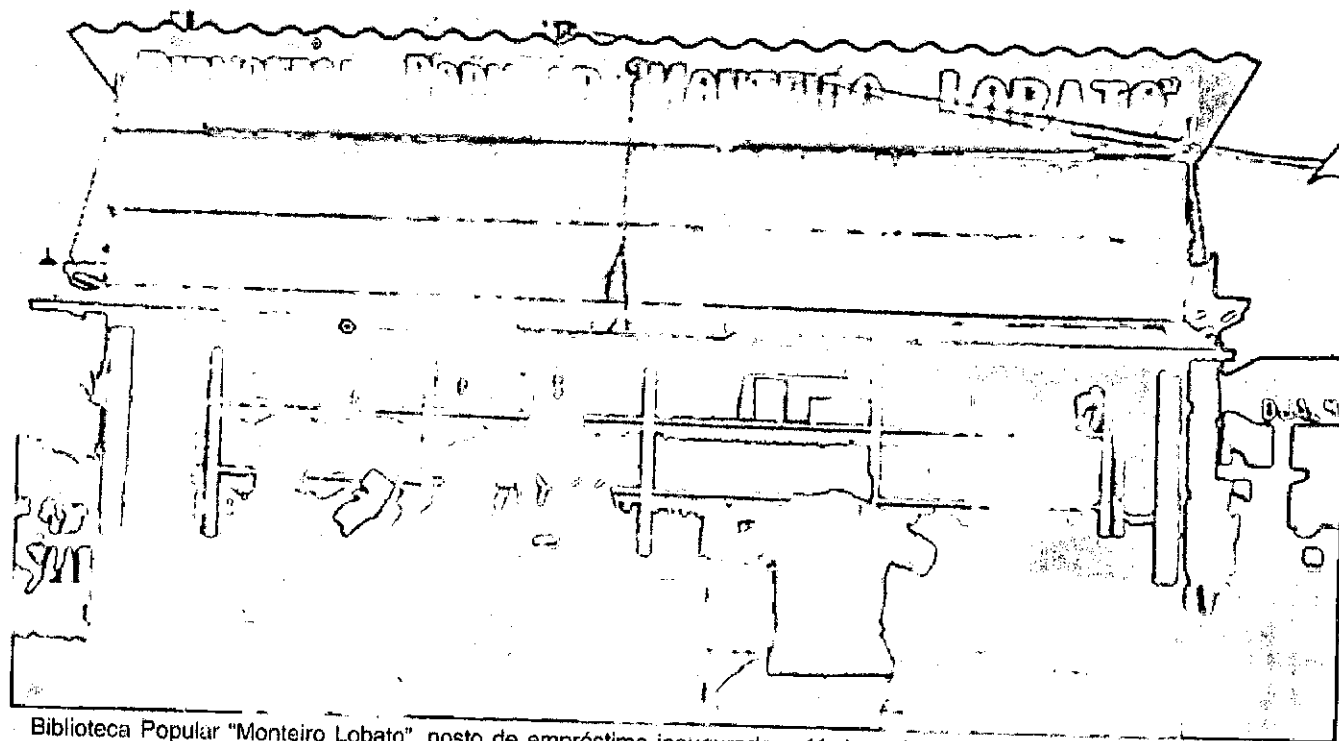
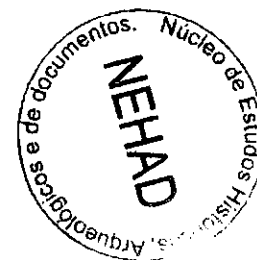
CAPÍTULO II

DA DECLARAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ANISTIADO POLÍTICO

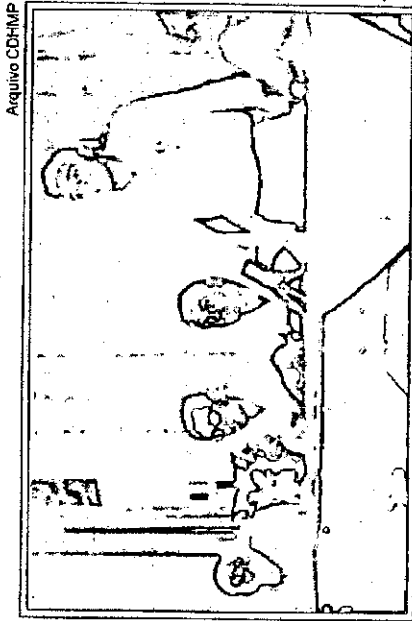
Art. 2º São declarados anistiados políticos aqueles que, no período de 13 de setembro de 1946 até 5 de outubro de 1988, por motivação exclusivamente política, foram:

I - atingidos por atos institucionais ou complementares, ou de exceção, na plena abrangência do termo;

II - punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais, impondo-se mudanças de local de residência;



Biblioteca Popular "Monteiro Lobato", posto de empréstimo inaugurado a 11 de maio de 1963. (Foto do arquivo da DDC).



Emmanuel Bezerra jamais perdeu a fêmura em sua dura vida de militância estudantil e partidária. Acima, em solenidade na Casa do Estudante, da qual era presidente, e ao lado seu corpo sem vida ostentando as marcas das brutalidades sofridas nos porões da ditadura.

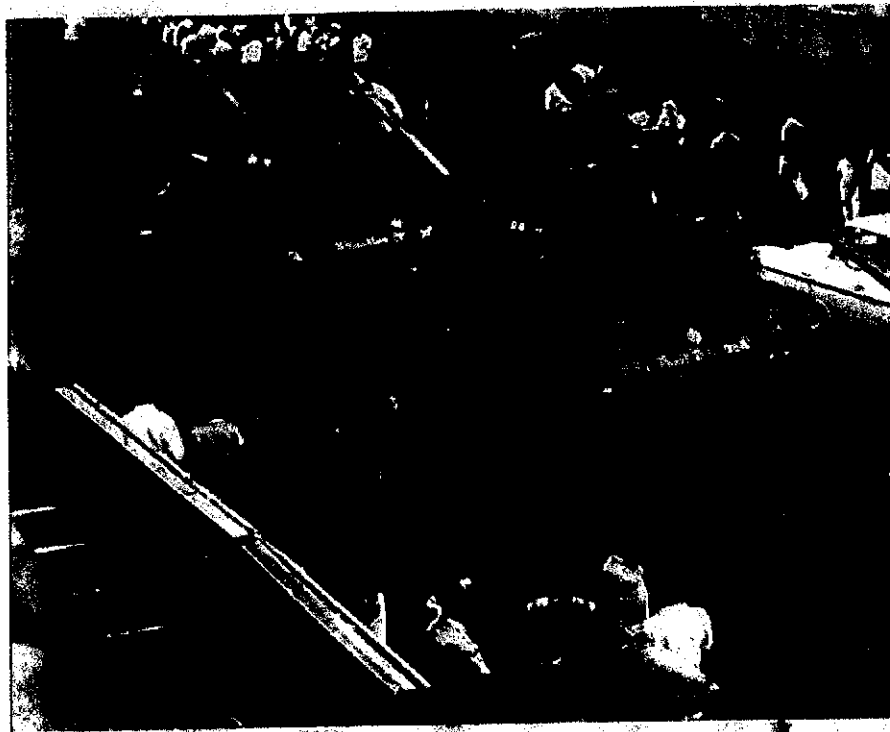
Arquivo CDHMP (foto em 01/03/1975).



A Penitenciária Barreto Campelo, em Ilamaracá (PE), concentrou presos políticos de todo o Nordeste, dentre eles vários políguitos (em destaque). Em pé: Assis, Maurício Anísio, Alberto*, Ivanildo, Peixoto, Calixtrato, Rholine*, José Mendonça, Marcelo e Emilson. Sentados: Moisés Domingos, Júlio Santana, Carlos Alberto*, Luciano Almeida, Arlindo, Samuel e Valério. No chão: Luciano Roberto, Edilson Romariz, Almir, Bosco, Edgar, Cláudio e Chagas. * condenados à prisão perpétua.

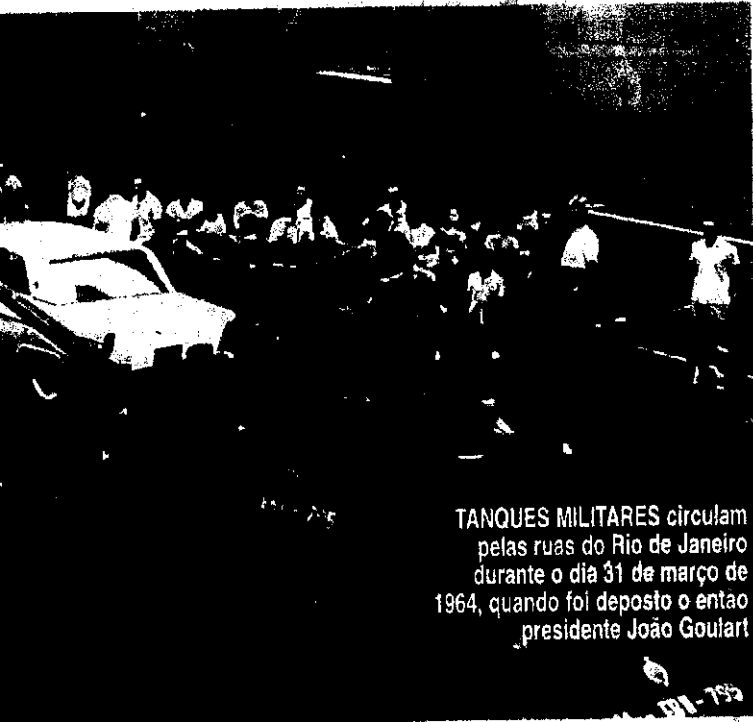


Portrait of a woman in a white dress, looking down. (Black and white photograph)



UTA POLÍTICA MARCADA PELA REPRESSÃO

Agência Globo



TANQUES MILITARES circulam pelas ruas do Rio de Janeiro durante o dia 31 de março de 1964, quando foi deposto o então presidente João Goulart

01-199

PROCURA-SE TERRORISTAS



O CARTAZ identifica pessoas que lutaram contra a ditadura e que foram cassadas pelo Regime Militar no Ceará

Falta de documentos prejudica processos